

# Sumário

Número de notícias: 61 | Número de veículos: 54

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste zero trava negociação entre servidores e governo (Funcionalismo)..... 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SERVIDOR PÚBLICO

Proposta de reajuste é recusada - SERVIDOR..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo registra superavit de mais de R\$ 79 bilhões..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alta da receita reduz necessidade de contingenciamento..... 8

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Arrecadação faz superávit primário bater recorde..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo fecham no azul em R\$ 79,3 bilhões..... 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo central registra superávit de R\$ 79,3 bilhões..... 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recorde, alívio momentâneo - ECONOMIA PARA TODOS..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf alcança valor recorde de julgamentos definidos por meio do voto de qualidade  
..... 15

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF investiga esquema de R\$1 bilhão em ouro ilegal..... 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF combate esquema bilionário de ouro ilegal..... 18

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CCJ adia PEC do parcelamento de dívidas..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Taxa reduzida no consignado..... 20

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo reduz a taxa de juros para consignado a aposentados..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste zero trava negociação .....	22
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Teto cairá para 1,72% .....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Teto do consignado do INSS cai para 1,72% ao mês .....	24
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo reduz juros do consignado do INSS .....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo quer facilitar consignado privado, mas acabar com saque do FGTS .....	27
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo prepara mudança no FGTS para próximo mês .....	28
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL SAQUE ANIVERSÁRIO	
Ministro confirma início do FGTS digital nesta sexta .....	30
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA SEGURIDADE SOCIAL	
MP mantém reoneração de municípios .....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Mais um passo à desoneração (Editorial) .....	33
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Estatais precisam justificar demissão de concursados .....	34
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
STF deve retomar hoje julgamento do processo sobre a revisão da vida toda .....	36
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Saiba como funcionará o novo sistema de crédito consignado .....	37
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: teto de juros do empréstimo cai de novo .....	39
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo mantém reoneração para municípios e prefeitos reagem .....	40
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo desiste de CLT e reconhece motoristas de app como autônomos .....	41
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Empresas devem enviar comprovantes para Imposto de Renda até hoje .....	42
PORTAL R7 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL	

Prazo de entrega do informe de rendimento do IR 2024 termina nesta quinta .....	43
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa conclui pagamento da parcela do Bolsa Família de fevereiro .....	45
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Regra para entregador de aplicativo deve ficar para o Congresso .....	46
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Uma nova categoria .....	48
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
Rendimento domiciliar per capita no Brasil cresce 16,5% .....	49
O GLOBO - RJ - MUNDO REFORMA TRIBUTÁRIA	
"Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial" .....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial, diz Georgieva .....	53
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Renda domiciliar per capita tem aumento de 16,5% em 2023 .....	57
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Renda familiar per capita no país chega a R\$ 1.893 em 2023; DF lidera .....	58
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
IVA deve ser regulamentado até o fim do ano, diz relator .....	59
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Haddad propõe taxar super-ricos do mundo .....	60
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Haddad defende taxaço global mínima sobre a riqueza mundial .....	62
O GLOBO - RJ - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Caçada aos super-ricos .....	64
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Brasil propõe taxar super-ricos, mas não vê consenso dentro do G20 .....	66
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Bilionários precisam pagar mais impostos" .....	68
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxar super-ricos tem apoio de países europeus .....	69
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	

Haddad propõe taxar fortunas em reunião .....	70
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Haddad quer união internacional para taxar super-ricos .....	71
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxar super-ricos já tem apoio de países europeus no G20 .....	72
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
'País empurra com a barriga discussão de mudar a meta' .....	73
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Para Campos Neto, "reduzir inflação vem com custo" .....	75
DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Controle da inflação .....	76
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação impacta os mais pobres .....	77
A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA ECONOMIA	
"Prévia da inflação": IPCA-15 sobe 0,78% em fevereiro com impacto de educação, diz IBGE .....	78
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Falta última milha no combate à inflação" .....	80
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Bancos públicos voltam a ganhar participação no crédito após 8 anos .....	81
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa recua em dia de venda de ações da Petrobras .....	84
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
IGP-M tem queda de 0,52% no mês de fevereiro .....	85
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
IGP-M tem queda de 0,52% em fevereiro .....	87
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
América Latina tem de investir US\$ 1 tri por ano no clima, diz BID .....	88
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
EUA cresceram 3,2% no 4º tri, aponta revisão .....	89

# Reajuste zero trava negociação entre servidores e governo (Funcionalismo)

**Raphael Pati\***

Terminou frustrada a 7ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo federal e **servidores públicos** em torno do reajuste salarial em 2024. O governo manteve a decisão de não conceder reajuste este ano e só promover novo aumento, de 9%, entre 2025 e 2026.

Ao final do encontro, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), José Lopez Feijóo, convocou uma nova reunião para maio ou junho, para uma nova tentativa. Segundo o secretário, neste prazo, será possível saber se haverá incremento na arrecadação federal, o que possibilitaria um reajuste.

Em nota, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) informou que as mobilizações serão intensificadas, visto que a proposição defendida pela categoria não foi aceita. Em janeiro, os servidores apresentaram duas contrapropostas, uma sugerida pelo Fonasefe, de 34,32%, com os reajustes feitos em três parcelas de 10,34% e outra, apresentada pelo Fonacate, de 22,71%, prevendo que o reajuste seja efetuado em três parcelas de 7,06% entre 2024 e 2026.

Além disso, o governo propôs um aumento nos valores de auxílios, a serem pagos a partir de maio deste ano. Pela proposta, o auxílio-alimentação passaria de R\$ 658 para R\$ 1.000, o auxílio per capita referente ao auxílio-saúde, de R\$ 144 para R\$ 215, e o auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, o sentimento da categoria é de insatisfação. Não tem como os servidores arcarem com esse prejuízo de ficar com seu salário congelado por mais um ano. A gente não vai assinar nenhum acordo sem reajuste para 2024. O governo que arque com esse desgaste junto ao funcionalismo. E nós vamos pagar para ver, disse, ao Correio.

Enquanto isso, nesses três meses, nós vamos intensificar as mobilizações. As universidades já estão falando em parar, a gente já tem aí uma paralisação em curso do Banco Central, os fiscais agropecuários estão parando, eventualmente, o pessoal do **INSS** está com mobilização se intensificando, então a gente

vai continuar escalando o movimento nesses próximos meses, acrescentou Marques.

Durante a reunião, Feijóo recordou que, para definir reajustes em 2024, será necessário aguardar o primeiro Relatório Bimestral de Receitas e Despesas de 2024, com divulgação prevista para março.

\*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/02/6810818-reajuste-zero-trava-negociacao-entre-servidores-e-governo.html>

# Proposta de reajuste é recusada - SERVIDOR

**Gustavo Silva**

A primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) de 2024 não trouxe boas novas ao funcionalismo.

Na tarde de ontem, funcionários públicos e representantes de nove ministérios iniciaram o diálogo deste ano sobre a campanha salarial dos servidores. Porém, a União rejeitou oficialmente a contraproposta dos trabalhadores, entregue em dois blocos.

Segundo Jose Lopez Feijóo, secretário do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o governo federal aguarda ainda a confirmação da arrecadação extra deste ano para a definição do reajuste a ser concedido em 2024, reforçando a posição já dada pela ministra da Gestão, Esther Dweck.

Rudinei Marques, presidente do Fórum de Carreiras Típicas, disse que a paciência dos servidores está se "esgotando", e que é inadmissível o governo não ter uma proposta: - O impasse continua e vamos intensificar a luta. O movimento vai escalar.

Funcionário precisa de motivo para ser dispensado

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a dispensa de funcionários de sociedade de economia mista deve ser feita mediante motivação "razoável". A tese geral, firmada ontem, pautará futuros julgamentos a respeito do tema em todos os tribunais do país. Segundo os juízes, a motivação deve ser feita em "ato formal" e conter "fundamento razoável". Não serão exigidas as hipóteses de justa causa da legislação trabalhista. Ficou definido que esse entendimento só vale para casos futuros.

Rioprevidência convoca pensionistas de março

Pensionistas do Estado do Rio nascidos em março devem agendar o recenseamento obrigatório até o fim do próximo mês.

Realizado pelo Fundo Único de Previdência do Estado (Rioprevidência), o procedimento é presencial e deve ser feito em uma das 18 agências da autarquia em todo o estado. O agendamento prévio é feito pelo site [www.rioprevidencia.rj.gov.br](http://www.rioprevidencia.rj.gov.br). Pensionistas que não

realizarem o procedimento terão os benefícios suspensos.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Governo registra superavit de mais de R\$ 79 bilhões

**Henrique Fregonasse\***

Depois de fechar o ano de 2023 com um deficit de R\$ 230,5 bilhões, o governo federal registrou um superavit de R\$ 79,3 bilhões para o primeiro mês de 2024. O dado, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda, representa o terceiro melhor para a série histórica de janeiro do Tesouro Nacional, iniciada em 1997, ficando atrás somente de 2022 e 2023.

Desconsiderada a **inflação**, o resultado representa uma alta de 0,5% frente ao mesmo período de 2023, quando o governo apresentou saldo positivo de R\$ 78,9 bilhões. Porém, ao levar em conta a correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o rendimento das contas do governo federal de janeiro mostra uma queda de 3,8% em comparação ao superavit do mesmo período do ano passado, que foi de R\$ 82,5 bilhões.

A receita do Tesouro Nacional (R\$ 96,1 bilhões) teve impacto relevante para o resultado do último janeiro, frente ao deficit apresentado pela **Previdência Social** (R\$ 16,7 bilhões) e do Banco Central (R\$ 145 milhões).

De acordo com a Fazenda, descontada a **inflação** do período, o mês de janeiro apresentou aumento de 3,7% da receita líquida do governo federal, enquanto as despesas subiram em 6,8%, frente ao mesmo período de 2023.

O crescimento da receita, segundo o Tesouro, se deve à maior arrecadação de **impostos** - incremento de R\$ 2,7 bilhões no Imposto de Renda; de R\$ 6,5 bilhões da Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**); de R\$ 2,6 bilhões da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e de R\$ 3,4 bilhões da arrecadação líquida para o Regime Geral da Previdência.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que o resultado foi superior ao programado pelo governo federal para o mês - que era de R\$ 67 bilhões - e que essa diferença ajudará a absorver eventuais frustrações nos próximos meses.

Rogério Ceron disse ver a arrecadação de fevereiro "em linha com o esperado" e julgou como "reduzida" a possibilidade de que o governo precise promover um

bloqueio orçamentário ao fim do primeiro bimestre. Porém, isso dependerá do acompanhamento das despesas.

"Isso cria boas perspectivas. Tem desafios ainda, a **Receita Federal** está avaliando os impactos e as compensações em função de eventual ajuste no caso da reoneração da folha, e isso será acomodado", afirmou o secretário do Tesouro.

\*Estagiário sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

# Alta da receita reduz necessidade de contingenciamento

**Guilherme Pimenta e Estevão Taiar**

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que o crescimento das receitas em janeiro reduz a necessidade de contingenciar recursos do Orçamento da União no âmbito do primeiro relatório de avaliação das receitas e despesas, que será divulgado no dia 22 de março.

Apesar da alta nas receitas em janeiro e com boas perspectivas para fevereiro, especialistas em contas públicas alertam para a subida nas despesas, que cresceram 6,8% em termos reais no último mês (alcançando R\$ 158,3 bilhões) quando comparado a janeiro de 2023, o que pode levar a corte de despesas discricionárias, como investimentos, para cumprir a meta de déficit zero.

Nesta quarta-feira, a Fazenda divulgou que o governo central registrou superávit de R\$ 79,3 bilhões em janeiro, o terceiro melhor resultado para o mês na história em termos reais. Esse montante, disse Ceron, é R\$ 12 bilhões superior ao projetado pelo Tesouro, que aguardava um superávit de R\$ 67 bilhões no último mês. Já descontando transferências, a arrecadação federal subiu 3% em termos reais.

Dessa fôrnia, essa "sobra" de R\$ 12 bilhões, argumentou o secretário, pode cobrir eventuais frustrações na receita. Com a retirada da reoneração dos 17 setores intensivos em mão de obra da Medida Provisória 1202/2023, o governo não poderá mais projetar uma receita equivalente aos mesmos R\$ 12 bilhões no relatório bimestral de março. Mas como a arrecadação está em alta, ela poderia evitar o contingenciamento no próximo mês em razão da perda desse recurso.

O Ministério da Fazenda tenta evitar um contingenciamento alto em março para não haver pressões da classe política do governo Lula para alterar a meta de resultado primário zero. Uma ala do Executivo, na qual está inserida o presidente, defende que não deve haver corte de recursos, principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para cumprir a meta - assim, se necessário, ela deveria ser alterada, o que o ministro Fernando Haddad quer evitar.

"Vamos observar fevereiro, a princípio a arrecadação

está vindo como esperado e isso cria boas perspectivas. A **Receita Federal** vai avaliar ajustes e compensações [para a reoneração da folha] e isso será acomodado. Mas, no momento, estamos com o patamar de receita indo em linha com o programado", explicou Ceron. "A princípio, [a arrecadação de] janeiro ajuda bastante a reduzir o risco dessa ocorrência [contingenciamento]", complementou.

Por outro lado, o secretário admitiu que será necessário avaliar, do lado das despesas, se algum remanejamento de recursos terá de ser efetuado em face da alta de gastos obrigatórios, o que poderia levar a cortes em investimentos. Os benefícios previdenciários cresceram 4,4% em janeiro, de acordo com o Tesouro, enquanto que os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) subiram 16,1% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

"A dinâmica previdenciária precisa ser observada com atenção", falou o secretário, ao citar um trabalho conduzido pela ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento e Orçamento, de revisão de gastos públicos.

Na avaliação de Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, a alta das despesas é um demonstrativo que não será só elevando a receita que o governo atingirá a meta de déficit zero. "Depois da boa notícia da melhora na arrecadação, o governo apresentou crescimento ainda maior nas despesas", comentou. "Além do crescimento de despesas vinculadas, como educação, o aumento real do salário mínimo tem impacto direto nas contas da previdência e do BPC, o que não está alinhado com o novo arcabouço", completou.

A economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia no mesmo sentido. "A alta das despesas preocupa em face do volume de receitas que são necessários para acomodar esse aumento de gastos e cumprir a meta de resultado primário", comentou.

"Vamos observar fevereiro, a princípio a arrecadação está vindo como esperado"

Rogério Ceron

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1&section=1)**

# Arrecadação faz superávit primário bater recorde

AGÊNCIA BRASIL

A forte arrecadação registra-da em janeiro fez superávit primário do Governo Central - Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - bater recorde em janeiro em valores absolutos. No mês passado, o resultado ficou positivo em R\$ 79,337 bilhões, contra superávit de R\$ 78,906 bilhões obtido em janeiro de 2023. O superávit subiu 0,5% em valores nominais, mas caiu 3,8% em termos reais, quando se des-

conta a inflação.

O superávit primário representa o resultado positivo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O mês de janeiro registra superávit por causa do pagamento trimestral de **tributos** pelas instituições financeiras. Em valores nominais, o resultado de janeiro é o melhor desde o início da série histórica, em 1997. Em valores reais é o 3º maior superávit para o mês, só perdendo para janeiro de 2022 e de 2023.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_A B54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFC CB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633 CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6C A6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0 ED09E64229FF58AC9583395](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_A B54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFC CB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633 CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6C A6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0 ED09E64229FF58AC9583395)

# Contas do governo fecham no azul em R\$ 79,3 bilhões

**FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO**

As contas do governo central ficaram no azul em janeiro.

No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas (sem contar os juros da dívida) ficou positiva em R\$ 79,337 bilhões. O resultado veio após um déficit de R\$ 116,147 bilhões em dezembro.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - representa o terceiro melhor desempenho em termos reais para o mês na série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Em janeiro de 2023, o resultado havia sido positivo em R\$ 78,906 bilhões, em valor nominal.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o resultado de janeiro ficou R\$ 12 bilhões acima da estimativa inicial que o governo havia previsto para o mês.

"Na nossa programação, o superávit que era esperado para janeiro era de R\$ 67 bilhões, então, para um primeiro mês, tivemos diferença positiva de R\$ 12 bilhões, que ajudam a absorver eventuais frustrações nos próximos meses", disse Ceron ontem ao comentar os dados.

Ele reforçou que a Fazenda ainda busca um resultado fiscal mais próximo do equilíbrio orçamentário e, com isso, "mudar definitivamente a trajetória fiscal" do Brasil.

No acumulado de 12 meses até janeiro, porém, o governo apresenta um rombo de R\$ 235 bilhões - equivalente a 2,1% do **PIB**. A meta para 2024 é de zerar o déficit das contas públicas.

Com a estreia do arcabouço fiscal - nova regra para controle das contas públicas -, o resultado pode variar num intervalo de tolerância entre 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, entre -0,25% e 0,25% do **PIB**.

**RECEITAS E DESPESAS.** Em janeiro, as receitas tiveram alta real de 3,7% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 6,8% em janeiro, já descontada a **inflação**.

Ceron destacou um crescimento forte na entrada de receitas administradas pela Receita em janeiro, de 6,9%. "São sinais, com entrada de receitas pontuais, sim, mas de que a atividade econômica está respondendo com arrecadação mais difundida entre os **tributos** que compõem a base", disse o secretário do Tesouro ao comentar os dados de janeiro.

No Imposto de Renda, houve um aumento de R\$ 2,7 bilhões na arrecadação do mês passado.

Recuperação

Resultado no primeiro mês do ano vem após um déficit de R\$ 116,1 bi em dezembro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo central registra superávit de R\$ 79,3 bilhões

O governo central registrou um superávit primário de R\$ 79,3 bilhões em janeiro, mês em que as contas foram reforçadas por uma arrecadação recorde de receitas, mostraram dados do Tesouro Nacional ontem.

O saldo positivo apurado no mês passado foi superior ao do mesmo mês de 2023, de R\$ 78,9 bilhões. No período, as receitas cresceram 3% acima da **inflação**, enquanto as despesas tiveram uma alta real de 6,8%.

Ao comentar os dados, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o resultado primário veio acima dos R\$ 67 bilhões programados pelo governo para o mês, e que a diferença ajudará a absorver eventuais frustrações nos próximos meses.

Ele acrescentou que, do lado das receitas, a possibilidade de o governo ter que promover um bloqueio orçamentário ao fim do primeiro bimestre é "reduzida", mas que será preciso acompanhar também o resultado das despesas.

Segundo Ceron, a arrecadação de fevereiro está vindo em linha com o esperado.

"Isso cria boas perspectivas.

Tem desafios ainda, a **Receita Federal** está avaliando os impactos e as compensações em função de eventual ajuste no caso da reoneração da folha, e isso será acomodado", disse.

O governo central compreende as contas de Tesouro, Banco Central e **Previdência Social**. O superávit primário de janeiro se deve a um resultado positivo nas contas de Tesouro e Banco Central, no valor de R\$ 96 bilhões, contra um déficit de R\$ 16,7 bilhões na conta da **Previdência Social**.

No mês passado, a arrecadação da União foi recorde, marcando o melhor resultado para qualquer mês, impulsionada por um aumento no recolhimento da tributação de fundos exclusivos e de outros **tributos**, que compensaram uma redução nos dividendos pagos pela Petrobras.

Já as despesas sofreram pressão do reajuste do salário mínimo, que impacta as despesas previdenciárias, e do maior gasto com benefícios

sociais.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-29-02-2024/>

# Arrecadação recorde, alívio momentâneo - ECONOMIA PARA TODOS

**GUILHERME ALMEIDA**

Em janeiro deste ano, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) divulgou que a arrecadação federal de **impostos** atingiu R\$ 280,6 bilhões, representando um aumento real de 6,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esse valor é o mais alto já registrado desde que os registros começaram, em 1995.

A estabilidade do mercado de trabalho continua contribuindo para o bom desempenho das receitas previdenciárias e do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com a influência adicional dos **tributos** relacionados ao pagamento antecipado de precatórios. Porém, não há como negligenciar que o montante recorde arrecadado foi impulsionado por três fatores específicos e não recorrentes devido a mudanças nas legislações tributárias. Isso inclui o pagamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a tributação dos Fundos Exclusivos e a reoneração dos combustíveis.

A **Receita Federal** destacou que uma parcela de R\$ 4 bilhões foi arrecadada através de ajustes nas declarações de IRPJ e CSLL das empresas, um processo que irá ocorrer até março. Isso porque empresas que recolhem **impostos** pelo Lucro Real têm os três primeiros meses para ajustar suas declarações do ano anterior.

No que diz respeito à tributação dos Fundos Exclusivos, o governo arrecadou R\$ 4,1 bilhões em janeiro, como parte das medidas propostas pelo Ministério da Fazenda e aprovadas pelo Congresso. A arrecadação total, sem considerar a **inflação**, aumentou 11,5%. Aqui, é importante analisar mais detalhadamente a mudança regulatória ocorrida nesse veículo de investimento.

Os Fundos Exclusivos são destinados a investidores com alto patrimônio líquido, sejam indivíduos ou famílias. No Brasil, existem atualmente cerca de 1.650 fundos exclusivos, com um capital investido próximo a R\$ 250 bilhões. Anteriormente, esses fundos desfrutavam de vantagens tributárias relevantes, sendo tributados somente quando os investidores retiravam seus lucros, isto é, no momento do resgate.

Porém, com a introdução da Lei 14.754/23, o governo federal passou a tributar esses fundos de forma semestral, usando o sistema "come-cotas", como é feito com os fundos de investimentos comuns, como os de renda fixa, cambiais e multimercados.

A mudança na tributação dos Fundos Exclusivos tem dois objetivos principais: padronizar a tributação dos fundos e aumentar as receitas do governo. Com a medida, o Estado poderá antecipar uma parte delas, ajudando a cobrir seu déficit primário projetado para os próximos anos. Mas será que essa antecipação da tributação irá gerar mais eficiência?

Para responder esse questionamento, podemos imaginar a seguinte dinâmica: se um investidor pudesse manter investida a parte do seu rendimento que lhe é cobrado como antecipação do tributo, ele teria mais incentivos para gastar ou guardar, gerando mais renda futura. Poupar mais pode impulsionar investimentos, visto que mais recursos disponíveis normalmente significam que as taxas de retorno exigidas serão menores. Com a mudança, porém, os **impostos** antecipados serão usados pelo governo de acordo com suas regras orçamentárias. E isso nos leva ao seguinte questionamento: será que o governo administra esses recursos de forma mais benéfica do que se estivessem nos fundos de investimento? De outro modo, a administração do recurso pelo poder público gera mais bem-estar que sua manutenção nos Fundos Exclusivos?

Essa investigação deve ser mais profunda, sendo analisada empiricamente. Um ponto de partida, porém, pode ser observado nas experiências de países desenvolvidos.

Estas, sugerem que a tributação no resgate tende a constituir um modelo mais eficiente.

De todo modo, isso já foi mudado. E apesar de, no Brasil, até o passado ser incerto, dificilmente teremos uma reversão da pauta. Olhando para o cenário, os números mostram que a arrecadação com as medidas de 2023 tem sido positiva, o que melhora as previsões fiscais. Isso diminui a probabilidade de mudanças nas metas no início do ano.

No entanto, o debate sobre as metas fiscais pode ressurgir no segundo trimestre, quando o orçamento

de 2025 estiver sendo elaborado. Enquanto o mercado absorve a **reforma tributária** do consumo, o governo faz, silenciosamente, sua reforma na renda.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-29-02-2024/>

# Carf alcança valor recorde de julgamentos definidos por meio do voto de qualidade

*Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília*

Logo após a edição, em setembro, da Lei nº 14.689/2023, que restabeleceu a aplicação do voto de qualidade, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** alcançou um valor recorde de julgamentos definidos, em um só mês, por meio de desempate - o voto duplo dos presidentes das turmas do órgão, que são auditores fiscais. Foram R\$ 14,4 bilhões em outubro, montante muito superior aos R\$ 267,5 milhões alcançados no mês anterior e aos R\$ 628 milhões do mês seguinte.

Como o presidente do **Carf**, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, pretende priorizar grandes casos este ano e estabeleceu a meta de julgar R\$ 870 bilhões, o número de outubro é um indício de que casos suscetíveis ao empate podem crescer na pauta.

O recorde alcançado em outubro é atribuído por advogados e pelo próprio órgão a um ano atribulado. Com a greve dos auditores fiscais e a volta do voto de qualidade inicialmente por meio da Medida Provisória nº 1.160, muitos casos ficaram represados. Sessões de julgamento foram canceladas e processos de elevado valor foram retirados de pauta após decisões judiciais obtidas por contribuintes, em meio às incertezas sobre a MP em tramitação no Congresso Nacional.

A consolidação do voto de qualidade veio com a edição da Lei 14.689, editada em setembro, que levou ao recorde obtido em outubro. A medida é uma das apostas do Ministério da Fazenda para contornar o déficit fiscal previsto para o ano. Na maioria das vezes, o desempate é favorável ao Fisco.

Essa sistemática havia sido extinta em abril de 2020 por conta de uma mudança legislativa e voltou em janeiro de 2023 por meio da medida provisória. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou a mover uma ação tentando derrubar a norma e foi feito um acordo no Supremo Tribunal Federal (STF) para afastar juros e multas em casos de empate. O acordo dependia de uma decisão do STF na ação movida pela entidade ou de validação do Congresso-que veio por meio da Lei nº 14.689/2023.

Em fevereiro de 2023, foram julgados por voto de qualidade R\$ 7,2 bilhões. Em março, R\$ 10 bilhões,

seguidos por R\$ 7,2 bilhões em abril. A partir de maio, os valores caíram para a casa dos milhões - R\$ 248,5 milhões naquele mês.

Com o retorno do voto de qualidade por meio da MP, o **Carf** ainda não havia retomado o ritmo esperado porque havia a possibilidade de retirada dos casos de pauta, como lembra a advogada Renata Emery, sócia do Tozzini Freire. O valor chegou ao recorde do ano em outubro, acrescenta, com a retomada do voto de qualidade em seu formato tradicional e a possibilidade de, derrotados, os contribuintes aderirem à transação tributária, pagando os valores devidos sem multa e juros.

O recorde foi alcançado mesmo com o **Carf** realizando, em outubro, apenas uma semana de julgamentos totalmente completa. As sessões foram prejudicadas pela greve da **Receita Federal**, finalizada só no início deste mês de fevereiro.

Mesmo em meio a mudanças na legislação e à paralisação, a Fazenda Nacional conseguiu, em 2023, vencer disputas que somam R\$ 109 bilhões, mais que o triplo do volume registrado no ano anterior, de R\$ 30 bilhões. É o maior patamar desde 2019, quando a Fazenda Nacional venceu julgamentos de R\$ 137,1 bilhões, de acordo com dados obtidos com exclusividade pelo Valor.

Para o presidente do conselho, foi só a partir de fevereiro de 2024 que as sessões voltaram à normalidade. Higino explicou que o segredo para conseguirem julgar um valor elevado mesmo em um ano conturbado foi pautar casos rele vantes sempre que havia a possibilidade de realizar julgamentos.

O desempate foi aplicado em 15% do valor total de casos julgados no **Carf** em 2023 - o que equivale a R\$ 40,9 bilhões. No ano passado, o voto de qualidade vigorou em boa parte do tempo. O restante foi resolvido por unanimidade ou maioria. É prática mente o mesmo percentual de 2022 - quando estava valendo o desempate a favor do contribuinte.

"O que temos visto agora na Câmara Superior [última instância do **Carf**] é um retorno ao que tínhamos antes do fim do voto de qualidade", afirma a advogada Renata Emery sobre a situação em 2024. A advogada acrescenta que o voto de qualidade sempre existiu

mas, depois da reformulação do conselho após a **Operação Zelotes**, acabou se tomando "um voto de bancada", pela divisão entre conselheiros indicados pela **Receita Federal** em um sentido e representantes dos contribuintes em outro, levando ao empate nas teses mais controversas, geralmente, as que envolvem os maiores valores.

Segundo Vivian Casanova, sócia do BMA Advogados, foi com o retorno do voto de qualidade em 2023 que os julgamentos voltaram um pouco à normalidade após a pandemia - período em que o **Carf** só realizou julgamentos de forma virtual. Ela lembra que o órgão ainda teve que enfrentar a greve dos auditores fiscais.

O valor alcançado no ano de 2023, apesar desses contratemplos, se justifica, afirma a advogada, porque foram escolhidos e priorizados os casos de maior valor. "E agora, neste ano, a greve acabou e o presidente está acelerando os julgamentos, o que aumenta as expectativas."

"Em 2023, foram escolhidos e priorizados os casos de maior valor" Vivian Casanova

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187802>

# PF investiga esquema de R\$1 bilhão em ouro ilegal

A Polícia Federal e a **Receita Federal** deflagraram a operação Pirâmide de Ouro na manhã desta quarta-feira (28) no Pará, Amazonas, Rondônia e Paraná. Uma pessoa foi presa e foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão. O objetivo é acabar com um esquema de venda ilegal de ouro da Região Norte ao sudeste do país que pode superar R\$ 1 bilhão.

Um dos três mandados de prisão foi cumprido em Curitiba/PR, os outros dois alvos estão foragidos. Um dos mandados de busca e apreensão foi em Itaituba, no Pará; os outros 12, divididos entre Porto Velho/RO, Ma-naus/AM e Curitiba/PR. Foram apreendidos documentos e dinheiro, ainda não contabilizado.

Os mandados de prisão e de busca e apreensão, decretados pela Justiça Federal no Amazonas, foram contra suspeitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro, usurpação de bens da união, falsidade ideológica e uso de documento falso. Também foi decretado sequestro de bens de 24 alvos no inquérito.

A investigação partiu da apreensão de 7,5 quilos de ouro, feita no dia 10 de setembro de 2022, no Aeroporto Internacional de Belém, em ação conjunta da PF e da **Receita Federal**. Na ocasião, o passageiro não foi preso em flagrante; hoje, porém, ele foi preso na operação, e dois de seus filhos estão foragidos, todos suspeitos do mesmo esquema criminoso.

Mesmo após ser detido no aeroporto - sendo liberado em seguida - o suspeito continuou levando em voos comerciais o ouro extraído em garimpos ilegais de rios no Amazonas e Rondônia, com destino ao Estado de São Paulo. Em 11 meses, ele embarcou em 27 voos semelhantes entre Curitiba, Porto Velho, Manaus e Campinas, com quantidades cada vez menores, para evitar suspeitas.

O esquema recebia ares de legalidade a partir de empresas "noteiras", que forjavam notas fiscais. O ouro também era "sujado", um processo de diminuição do teor de pureza para ocultar a origem e também fazê-lo parecer legal. Um dos suspeitos foragidos é sócio de uma empresa sem funcionário, que movimentou R\$ 1,5 bilhão em três anos e meio, entre junho de 2020 e setembro de 2022. A perícia da PF atesta forte evidência de fraude, reforçando a suspeita da investigação.

Por isso, a Justiça também determinou o sequestro de contas bancárias, suspensão de atividades da empresa e da permissão de lavra garimpeira. A **Receita Federal** participa das investigações, com compartilhamento de informações.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2758#book/54>

# PF combate esquema bilionário de ouro ilegal

**MAIZA SANTOS**

Uma cidade do Pará e outros municípios dos estados do Amazonas, Rondônia e Paraná foram alvos da Operação Pirâmide de Ouro, ontem, que busca acabar com um esquema de venda ilegal do minério desde a Região Norte até o Sudeste do país.

A ação foi realizada pela Polícia Federal e **Receita Federal** e culminou na prisão de uma pessoa e no cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão. Segundo as autoridades policiais, a organização pode ter tido um faturamento que supera R\$ 1 bilhão com a comercialização ilícita.

O município de Itaituba, no sudoeste paraense, foi o local onde ocorreu o cumprimento de um dos mandados de busca e apreensão.

Documentos e dinheiro foram encontrados nos imóveis vistoriados pelas autoridades policiais. Além dele, um dos mandados de prisão foi cumprido em Curitiba (PR), onde dois alvos estão foragidos. Os outros 12 mandados de busca e apreensão foram divididos entre Curitiba, Porto Velho (RO) e Manaus (AM).

Tudo o que foi apreendido ainda está sendo contabilizado pela PF.

Segundo a PF, os mandados de prisão e de busca e apreensão foram decretados pela Justiça Federal no Amazonas. Os alvos são suspeitos de cometerem crimes como organização criminosa, lavagem de dinheiro, usurpação de bens da união, falsidade ideológica e uso de documento falso. Também foi decretado sequestro de bens de 24 alvos no inquérito.

**AEROPORTO** A investigação teve início após a apreensão de 7,5 quilos de ouro, que ocorreu no dia 1º de setembro de 2022, no Aeroporto Internacional de Belém. Na ocasião, o passageiro não foi preso em flagrante.

No entanto, ontem, ele foi detido na operação e dois de seus filhos estão foragidos, todos suspeitos do mesmo esquema criminoso.

De acordo com a PF, mesmo após ser detido no aeroporto - sendo liberado em seguida - o suspeito continuou levando em voos comerciais o ouro extraído

em garimpos ilegais de rios no Amazonas e Rondônia.

Todo o ouro era levado para o Estado de São Paulo. As investigações apontam que, em 11 meses, ele embarcou em 27 voos semelhantes entre Curitiba, Porto Velho, Manaus e Campinas, com quantidades cada vez menores, para evitar suspeitas.

Para se passar por um esquema legal, notas fiscais eram forjadas por empresas "noteiras". O ouro também era "sujado", um processo de diminuição do teor de pureza para ocultar a origem e também fazê-lo parecer legal. Um dos suspeitos foragidos é sócio de uma empresa sem funcionário, que movimentou 1,5 bilhão em três anos e meio, entre junho de 2020 e setembro de 2022.

A perícia da PF atesta forte evidência de fraude, reforçando a suspeita da investigação. Por isso, a Justiça também determinou o sequestro de contas bancárias, suspensão de atividades da empresa e da permissão de lavra garimpeira.

A **Receita Federal** participa das investigações, com compartilhamento de informações.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132638>

# CCJ adia PEC do parcelamento de dívidas

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado adiou ontem a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do novo parcelamento previdenciário e do novo regime especial dos precatórios dos municípios.

Segundo o senador Marcos Rogério (PL-RO), que preside a sessão, o relator da proposta, senador Carlos Portinho (PL-RJ), pediu a retirada da pauta. Ainda não há previsão de uma nova data para a matéria voltar à discussão.

A PEC é uma demanda da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O texto, além de reparcelar as dívidas dos municípios com o Regime Geral da **Previdência Social**, também fixa um limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) para o pagamento de precatórios.

Segundo a CNM, a dívida de prefeituras no âmbito do Regime Geral de **Previdência Social** é de cerca de R\$ 190,2 bilhões. Desse total, R\$ 79,6 bilhões são dívidas que integram o estoque de débitos previdenciários com a **Receita Federal** e R\$ 110,8 bilhões se encontram em Dívida Ativa da União, sob gestão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132638>

# Taxa reduzida no consignado

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou a redução no teto de juros dos empréstimos consignados de pensionistas e aposentados da Previdência. A redução do teto de 1,76% ao mês para 1,72% ao mês, decidida na reunião de ontem, é a terceira revisão dos juros, depois do CNPS realizar cortes semelhantes nas duas últimas reuniões, em janeiro e dezembro.

A decisão de redução, que vale para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), além da modalidade de empréstimo consignado, também atinge as operações com cartão de crédito e cartão consignado de benefício, que passam a ter uma taxa máxima de 2,55% ao mês, contra os 2,61% anteriores.

A decisão só passa a valer cinco dias depois de publicada no Diário Oficial da União (DOU).

A proposta de redução aprovada foi defendida pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, a partir das quedas na taxa de juros básica da economia (Selic). "Nós entendemos que essa redução acompanha o momento que nosso país está vivendo, de redução dos juros e aquecimento da economia", disse Lupi, acrescentando que espera, com a medida, diminuir o endividamento de aposentados e pensionistas.

Representantes do setor financeiro que participam do conselho não concordam com a estratégia de Lupi, mas vêm sendo voto vencido nas últimas reuniões do colegiado. Segundo os representantes das entidades financeiras, a Selic não seria um bom indicativo para esses empréstimos, o que, segundo os bancos, pode causar uma redução na oferta de empréstimos para esse público.

Reservadamente, fontes no Ministério da Previdência dizem não **temer** uma nova crise como a que aconteceu em março de 2023, quando, no terceiro mês de gestão, o Conselho reduziu de 2,14% para 1,70% ao mês a taxa máxima do consignado levando até mesmo os dois grandes bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa a suspenderem a comercialização dessas linhas de crédito até uma revisão desse teto. Neste momento, diversas entidades financeiras já praticam taxas abaixo do novo teto, apontam essas fontes.

Essa também é a aposta do presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, que mesmo sem participar do CNPS, comemorou a nova queda do consignado, mas

pediu atenção aos segurados, pois taxas ainda mais baixas podem ser encontradas. "O CNPS estipula o teto, que é o máximo que as instituições podem cobrar de juros, mas nada impede que as taxas sejam menores. Basta consultar no Meu **INSS** a relação de instituições e os juros que elas cobram", disse Stefanutto, ao Correio.

A expectativa na Previdência é de que a taxa ainda caia mais nas próximas reuniões do Conselho, que criou um grupo de trabalho que estude uma metodologia permanente para, automaticamente, manter ajustado o teto da taxa do consignado. "Com o grupo, poderemos aprofundar essa discussão, para chegarmos a um método que ajuste automaticamente essas taxas", defendeu o ministro Lupi. (RP)

# Governo reduz a taxa de juros para consignado a aposentados

O Conselho Nacional de **Previdência Social** aprovou ontem uma nova redução do teto de juros dos empréstimos consignados para beneficiários do **INSS**. Os conselheiros decidiram pela queda do limite para o empréstimo com desconto em folha, de 1,76% para 1,72% ao mês.

O último corte havia sido feito em 11 de janeiro, quando o patamar foi de 1,80% para 1,76%. Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o teto caiu de 2,61% para 2,55%.

Segundo o Ministério da **Previdência Social**, os novos valores começam a valer cinco dias úteis após a publicação da resolução do Conselho.

A pasta ainda informou que o representante do sistema financeiro no colegiado votou contra a diminuição.

(do Estadão Conteúdo)

**Site:**

[https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab\\_6DAAE4B4A1CC49A8D9AC84B7468C21693388F1C7FCF7A2EFACE511AF7EEAC8950255D528EE22075C54EEB0C8639571CEC1A6E0D6C41C3FFCC43DA09CA13422354A95078F84DA7144E1D3516F1C725677B654C92A187A43F6545423D29EEAB4FE54CA1CFB3F703E159A0D87F41F970A5F5EC EF5F6002D94D947EFFC74AD571](https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_6DAAE4B4A1CC49A8D9AC84B7468C21693388F1C7FCF7A2EFACE511AF7EEAC8950255D528EE22075C54EEB0C8639571CEC1A6E0D6C41C3FFCC43DA09CA13422354A95078F84DA7144E1D3516F1C725677B654C92A187A43F6545423D29EEAB4FE54CA1CFB3F703E159A0D87F41F970A5F5EC EF5F6002D94D947EFFC74AD571)

# Reajuste zero trava negociação

»»*Raphael Pati\** \*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Terminou frustrada a 7ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo federal e **servidores públicos** em torno do reajuste salarial em 2024. O governo manteve a decisão de não conceder reajuste este ano e só promover novo aumento, de 9%, entre 2025 e 2026.

Ao final do encontro, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), José Lopez Feijóo, convocou uma nova reunião para maio ou junho, para uma nova tentativa.

Segundo o secretário, neste prazo, será possível saber se haverá incremento na arrecadação federal, o que possibilitaria um reajuste.

Em nota, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) informou que as mobilizações serão intensificadas, visto que a proposição defendida pela categoria não foi aceita. Em janeiro, os servidores apresentaram duas contrapropostas, uma sugerida pelo Fonasefe, de 34,32%, com os reajustes feitos em três parcelas de 10,34% e outra, apresentada pelo Fonacate, de 22,71%, prevendo que o reajuste seja efetuado em três parcelas de 7,06% entre 2024 e 2026.

Além disso, o governo propôs um aumento nos valores de auxílios, a serem pagos a partir de maio deste ano. Pela proposta, o auxílio-alimentação passaria de R\$ 658 para R\$ 1.000, o auxílio per capita referente ao auxílio-saúde, de R\$ 144 para R\$ 215, e o auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, o sentimento da categoria é de insatisfação.

"Não tem como os servidores arcarem com esse prejuízo de ficar com seu salário congelado por mais um ano. A gente não vai assinar nenhum acordo sem reajuste para 2024. O governo que arque com esse desgaste junto ao funcionalismo. E nós vamos pagar para ver", disse, ao Correio.

"Enquanto isso, nesses três meses, nós vamos intensificar as mobilizações. As universidades já estão falando em parar, a gente já tem aí uma paralisação em curso do Banco Central, os fiscais agropecuários estão parando, eventualmente, o pessoal do **INSS** está com mobilização se intensificando, então a gente

vai continuar escalando o movimento nesses próximos meses", acrescentou Marques.

Durante a reunião, Feijóo recordou que, para definir reajustes em 2024, será necessário aguardar o primeiro Relatório Bimestral de Receitas e Despesas de 2024, com divulgação prevista para março.

# Teto cairá para 1,72%

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado.

Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem o novo limite de juros de 1,72% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o limite atual, de 1,76% ao mês, nível que vigorava desde dezembro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,61% para 2,55% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 11,75% para 11,25% ao ano.

Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, tem dito que a pasta acompanha o movimento e proporá reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem.

As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>**

# Teto do consignado do INSS cai para 1,72% ao mês

*I AMANDA PUPO/BRASÍLIA*

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem nova redução do teto de juros do empréstimo consignado para beneficiários do **INSS**.

Com a decisão, o limite para empréstimo cai de 1,76% para 1,72% ao mês. O último corte havia sido feito em 11 de janeiro (quando o patamar era de 1,80%).

Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o teto caiu de 2,61% para 2,55%. Segundo o Ministério da **Previdência Social**, os novos valores começam a valer cinco dias úteis após a publicação da resolução do conselho.

A pasta informou que o representante do sistema financeiro no colegiado votou contra a diminuição. As reduções frequentes no teto de juros do consignado têm incomodado os bancos, que pedem critérios técnicos para a modalidade.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Governo reduz juros do consignado do INSS

**GERALDA DOCA** [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br)  
BRASILIA

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem mais um corte no teto dos juros do consignado para aposentados do **INSS** e idosos e pessoas com deficiência de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A taxa, que está em 1,76% ao mês, caiu para 1,72%, conforme propôs o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O teto dos juros na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado benefício, hoje em 2,61% ao mês, passará a ser de 2,55%. Os novos percentuais começam a valer em cinco dias úteis a partir da publicação da medida, o que deve acontecer hoje.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central (BC) iniciou a trajetória de queda da Taxa Selic, em agosto do ano passado, Lupi trava uma disputa com os bancos no Conselho para reduzir o teto dos juros para os beneficiários do **INSS**.

O setor financeiro não concorda com a estratégia do ministro, mas seus representantes têm sido voto vencido no colegiado. Os bancos argumentam que a Taxa Selic não funciona como referência para empréstimos e que a redução do teto de juros tem por consequência a queda na oferta da modalidade pelas instituições financeiras.

## ABERTO A TODOS OS BANCOS

Já para os trabalhadores do setor privado, conforme antecipou O GLOBO, o governo lançará um sistema para facilitar a contratação de empréstimos consignados. O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê o uso de um portal, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Atualmente, o trabalhador só pode contratar a operação com o banco no qual sua empresa tem convênio pré-acordado. Com o novo sistema, isso vai acabar.

Segundo o presidente da Caixa, Carlos Vieira, todos os bancos poderão participar do que chamou de "e-consignado": -Isso vai baratear o custo para o

consumidor final.

A plataforma que está sendo desenvolvida pelo governo trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos. Como já funciona com o FGTS Digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores -inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente nessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado no contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

Na segunda fase do projeto, será possível ainda fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta.

A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar principalmente trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

Criado em 2003, o crédito consignado tem juros menores graças ao baixo risco da operação, pois o valor das prestações é descontado no contracheque e repassado aos bancos pelos empregadores. Segundo os últimos dados disponíveis no BC, em dezembro a taxa média cobrada no consignado dos trabalhadores do setor privado era de 2,73% ao mês -acima daquelas para **servidores públicos**, de 1,77%, e aposentados do **INSS**, de 1,72%.

## AMPLIAÇÃO DA MARGEM

Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%. Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para **servidores públicos** e beneficiários da Previdência.

Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor.

Procurados, os ministérios em questão não quiseram comentar o projeto, afirmando que ele ainda depende de negociações com todos os envolvidos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo quer facilitar consignado privado, mas acabar com saque do FGTS

Álvaro Campos, Mariana Ribeiro e Jéssica Sant'Ana De São Paulo e Brasília

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou que o governo quer utilizar a plataforma do **FGTS** Digital para facilitar o empréstimo consignado para o setor privado. Em contrapartida, pretende avançar com uma proposta no Congresso para extinguir o **saque-aniversário** do **FGTS** - e, por consequência, a antecipação que se tornou uma linha importante de crédito. No entanto, o anúncio, feito na terça-feira, causou confusão. Ficou parecendo que o consignado seria descontado do saldo individual do contribuinte no **FGTS**, mas não é isso que vai acontecer.

A questão é que, com a plataforma do **FGTS** Digital, o trabalhador poderá fazer o empréstimo consignado sem a intermediação do empregador, como é atualmente, em que precisa haver um acordo entre o banco e a empresa na qual a pessoa trabalha. Assim, a ideia é facilitar esse produto e, depois, acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS**, que drena recursos do fundo e dificulta operações que usam esse dinheiro como funding.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse ontem que todos os bancos poderão participar do e-consignado (por meio da plataforma do **FGTS** Digital) e que o banco será apenas o "indutor inicial". Segundo ele, a instituição vem discutindo há bastante tempo essa possibilidade com o Ministério do Trabalho e, agora, está finalizando questões de natureza tecnológica. "Isso vai baratear o custo para o consumidor final. Temos em torno de 44 milhões de pessoas elegíveis a esse crédito." Sobre a possível extinção do **saque-aniversário** do **FGTS**, disse que os movimentos em torno dos recursos são "questão de opção". Em alguns momentos, a escolha de política pública é impulsionar a habitação e, em outros, o consumo, acrescentou. "Muitas vezes temos de fazer uma "escolha de Sofia"", disse. Ainda assim, ressaltou que a Caixa é só executora e que, por enquanto, o e-consignado seria um complemento ao saque do **FGTS**. "No futuro, não sei dizer".

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) escreveu, em nota, que o **saque-aniversário** do **FGTS** e as operações de antecipação desses direitos "têm sido uma ferramenta importante para gerenciar as urgências financeiras dos trabalhadores". "Seu fim não

só impõe uma restrição às opções da população, mas também pode produzir um impacto negativo na trajetória do endividamento das famílias".

Ontem, o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ainda uma nova redução no teto de juros que pode ser cobrado no consignado a aposentados e pensionistas do **INSS**. O teto passará dos atuais 1,76% ao mês para 1,72% nos empréstimos feitos com desconto em folha. Nas contratações de cartão de crédito consignado, a taxa está em 2,61% ao mês e será reduzida para 2,55%.

44 mi de pessoas são elegíveis a utilizar consignado privado

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187802>

# Governo prepara mudança no FGTS para próximo mês

Rodrigo Péret

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, pretende enviar ao Congresso Nacional, em março, um projeto de lei propondo o fim do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), mecanismo que permite ao trabalhador sacar anualmente uma parte do montante do fundo no mês de seu aniversário.

Segundo Marinho, o motivo por trás da iniciativa de acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS** é que parte dos trabalhadores que sacaram o benefício no aniversário encontram dificuldades de acesso ao fundo no momento da demissão.

O economista Ricardo Paixão aponta vantagens no projeto. "As pessoas estavam sacando o **FGTS** para atender demandas do dia a dia, o que desvirtuou a finalidade principal do fundo. Para mim, a medida é correta, porque o objetivo do fundo é ajudar ao trabalhador em momento de demissão".

O economista Marcelo Loyola Fraga também concorda, mas ressalta ser necessário melhorar o rendimento do **FGTS**. "Está bem abaixo até da poupança e isso corrói ao longo dos anos a reserva do trabalhador", afirma.

Na modalidade do **saque-aniversário**, é possível retirar parte do saldo da conta do **FGTS**, anualmente, no mês de aniversário. A adesão é opcional.

Se o trabalhador optar pelo **saque-aniversário** e for demitido, poderá sacar apenas o valor referente à multa rescisória e não poderá sacar o valor integral da conta. Caso decida retomar ao modelo padrão, precisa cumprir uma carência de 24 meses.

Na modalidade padrão, o saque-rescisão, quando o trabalhador é demitido sem justa causa, tem direito ao saque integral da conta do **FGTS**, incluindo a multa rescisória, quando devida.

"É uma medida mal pensada com impactos negativos sobre a população. O governo deveria buscar alternativas que incentivem a poupança de longo prazo sem retirar a liberdade do consumidor de usar seu próprio dinheiro", afirma o economista Eduardo Araújo.

Já o economista Heldo Siqueira da Silva Júnior diz que "do ponto de vista macroeconômico, o projeto é bom, pois aumenta o volume de recursos para o financiamento do sistema financeiro habitacional".

MINISTRO LUIZ MARINHO avalia que o **FGTS** vem sendo fragilizado pelo processo de **saque-aniversário**

ENTENDA

O que é o saque?

NA MODALIDADE do **saque-aniversário**, é possível retirar parte do saldo da conta do **FGTS**, anualmente, no mês de aniversário. A adesão é opcional.

SE O TRABALHADOR optar pelo **saque-aniversário** e for demitido, poderá sacar apenas o valor referente à multa rescisória e não poderá sacar o valor integral da conta. Caso o trabalhador decidir retomar ao modelo padrão, precisa cumprir uma carência de 24 meses.

Razão

O MOTIVO por trás da iniciativa de acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS** é que parte dos trabalhadores que sacam o benefício no aniversário encontram dificuldades de acesso ao fundo no momento da demissão.

Empréstimo consignado

PARA COMPENSAR o fim do **saque-aniversário** do **FGTS**, o governo vai facilitar o empréstimo consignado. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, diz que os trabalhadores poderão tomar empréstimo consignado diretamente com os bancos, sem anuência do empregador, utilizando, como garantia a própria folha de pagamento.

A MEDIDA FICARÁ disponível a partir da implementação, amanhã, do **FGTS** Digital, uma nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço anunciado pelo governo federal.

O EMPRÉSTIMO consignado prevê o desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento ou contracheque. A taxa de juros é menor se comparada a outras modalidades de empréstimo.

Fonte: Pesquisa AT e portal Terra.

Teto de juros do consignado a aposentados cai pela 6ª vez

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem, por 14 votos a um, mais um corte no teto dos juros do consignado para aposentados do **INSS**, idosos e pessoas com deficiência da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). É a sexta redução desde março do ano passado.

A taxa que está em 1,76% ao mês caiu para 1,72%, conforme propôs o ministro da Previdência, Carlos Lupi. O teto dos juros na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado benefício, hoje em 2,61%, também deve cair na mesma proporção. Os novos percentuais começam a valer em oito dias úteis.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciou a trajetória de queda na taxa de juros básica da economia, em agosto do ano passado, Lupi trava uma disputa com os bancos no Conselho para reduzir o teto dos juros para os beneficiários do **INSS**.

O setor financeiro não concorda com a estratégia do ministro, mas seus representantes têm sido voto vencido no colegiado.

Os bancos alegam que a taxa Selic não funciona como referência para empréstimos e que a consequência da medida é a queda na oferta da modalidade pelas instituições financeiras.

#### CARLOS LUPI: **Previdência Social**

Empréstimo mais fácil com os bancos, garante ministro

Para compensar o fim do **saque-aniversário** do **FGTS**, o governo federal vai facilitar o empréstimo consignado. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que os trabalhadores poderão tomar empréstimo consignado diretamente com os bancos, sem anuência do empregador, utilizando, como garantia, a sua folha de pagamento.

A medida ficará disponível a partir da implementação, amanhã, do **FGTS** Digital, uma nova forma de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço anunciado pelo governo.

"A ideia de estimular o uso do crédito consignado como alternativa é extremamente perigosa, pois pode levar ao endividamento excessivo da população,

especialmente considerando uso desses recursos para consumo", afirma o economista Eduardo Araújo.

No **saque-aniversário**, o trabalhador tem a opção de sacar anualmente uma parcela do seu **FGTS**. No entanto, deve renunciar ao valor integral disponível em sua conta. A opção permite ao trabalhador pegar dinheiro emprestado com o **FGTS** como garantia, sendo sua dívida automaticamente subtraída nas parcelas dos anos seguintes.

#### ANÁLISE

Sandro Rizzafo,

advogado especialista em Direito Trabalhista

"É o dinheiro mais mal administrado. Há risco de endividamento"

Discordo de forma veemente da possibilidade de acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS**. É direito do trabalhador. Vejo o **FGTS** como o dinheiro mais mal administrado, porque ele não dá nenhum tipo de rendimento superior ou bom para o próprio trabalhador.

O objetivo de acabar com o saque é basicamente forçar o trabalhador a manter o dinheiro depositado no fundo. mas com o viés de autorizar o empréstimo. Ou seja eles querem facilitar o endividamento do trabalhador.

Pode ocorrer endividamento muito grande na hipótese de realizar empréstimo consignado das parcelas prestes a vencer do **FGTS**, porque ele pode ser demitido e não ter o **FGTS** para pagar a dívida.

E esse empréstimo seria para compra de casa própria, ou seja. ele vai fazer a compra da casa própria utilizando o recebimento futuro do **FGTS**. Se ele for demitido, não vai mais ter dinheiro para pagar a casa dele. Mais uma vez as instituições financeiras estão ditando o que o governo deve fazer em detrimento ao direito do trabalhador.

# Ministro confirma início do FGTS digital nesta sexta

O ministro do trabalho e emprego Luiz Felipe Brandão de Mello visitou a cidade de Goiânia, nesta quarta-feira, 28.

Em sua primeira parada, o ministro falou com a imprensa no Hangar do governo do estado, e garantiu o início do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (**FGTS**) digital a partir de sexta-feira, 1º de março.

O primeiro assunto abordado na visita do ministro a Goiânia foi o lançamento do **FGTS** digital. Segundo Marinho, o mecanismo passa a funcionar a partir da próxima sexta-feira e vai proporcionar facilidades ao empregado e economia de horas para os milhares de empregadores.

"Perfeitamente"! "Essa é uma ferramenta que vem trazer modernização para o sistema.

Facilita para os trabalhadores acompanhar, facilita para o ministério para fiscalizar, facilita para as empresas que vão economizar. Economizar 34 horas por mês para o que eles gastam até Fevereiro a partir de março economizar de 34 horas por empresa calcula, isso é quase cinco milhões de empregadores envolvidos no sistema. Enfim é um instrumento que vai propiciar para gente passar a oferecer para o trabalhador privado, pois, hoje ele não tem acesso a essa possibilidade de ter o crédito consignado a partir da folha de pagamento", salienta.

De acordo com o ministro, o **FGTS** digital vai por meio do e-social possibilitar oferecer esse crédito aos trabalhadores privados. "Com o **FGTS** digital queria ser a possibilidade a partir do e-social oferecer aos trabalhadores. Esta possibilidade então nós estamos encaminhando. Agora em março ao congresso nacional para criar consignado para o setor privado a partir dessas duas ferramentas estão o trabalhador terá a possibilidade de fazer sem intermediação do empregador ou seja, ele entra no sistema diz o que ele deseja.

As instituições financeiras tomarão conhecimento do perfil desse trabalhador dessa trabalhadora. Qual o salário, qual o empregador, o perfil do empregador também conta muito na hora de precificar a taxa de juros. E aí o trabalhador vai escolher com que instituição fazer porque todas as instituições vão oferecer uma taxa e ele pode escolher a melhor taxa,

disponível e fazer o seu contrato", pontua.

Ministro afirma que **Saque Aniversário** da forma como está cria distorções Marinho foi questionado sobre o fim do **Saque Aniversário**, se o mesmo vai acabar ou não? É segundo ele, o Governo Federal busca neste momento uma alternativa para que o trabalhador não fique sem crédito e o tenha mais barato.

De acordo com o ministro, o **Saque Aniversário** cria duas distorções, a primeira delas é que enfraquece o **FGTS** como instrumento de financiamento do Minha Casa Minha Vida, de infraestrutura, saneamento básico ou intencionalamento básico no Brasil os quais foram financiados pelo Fundo.

"Então é preciso preservar essa fonte do que eu estou falando hoje, nós temos alienados a ordem 100 bilhões do Fundo de Garantia que não pode compor o Fundo de Investimento porque está alienada junto aos bancos a partir do crédito que os trabalhadores contratados. Esse crédito vai ser preservado. Eles vão honrar os contratos. Enfim, ninguém vai perder nada aqui nem o trabalhador nem os bancos. Os contratos serão honrados, mas a suspensão a transição mas ele ainda cria um problema adicional ao trabalhador.

Porque o fundo ele tem a missão também de proteção no futuro do desemprego tem uma poupança que o trabalhador recorre a ela hoje tem milhões de pessoas que aderiram ao **saque aniversário** e foram demitidos ao ser demitido.

Ele não pode pela atual lei criada lá no governo anterior sacar o que lhe pertence o seu saldo" comenta.

E um exemplo durante sua entrevista à imprensa, o ministro pontua que "um trabalhador que tem lá R\$ 30.000 de saldo na sua conta vinculada do Fundo de Garantia. Foi demitido, ele deve R\$ 10 mil reais em alienado desses 30 e tem 10 mil reais junto com uma instituição financeira, ele não pode sacar os seus 20 restante. O que nós vamos propiciar também é que esses trabalhadores poderão sacar o seu remanescente seu direito aos 10 que é dos bancos ficam lá preservados com o contrato dele junto ao banco e os outros pode sacar.

Você tem uma ideia isso representa hoje 20 Bilhões dos 20 milhões cinco milhões é esse esse remanescente do trabalhador que eu me referi os 15 milhões está alienados junto aos bancos então. E cria essa distorção portanto nós pretendemos eliminar essa distorção do Funil de garantia e ao mesmo tempo manter uma fonte de crédito para os trabalhadores".

**Site:** <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-02-28%2021:42:20.pdf>

# MP mantém reoneração de municípios

O governo federal editou ontem a medida provisória (MP) que revoga a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O texto, porém, mantém a retirada do desconto que havia sido concedido em lei a prefeituras de pequenos municípios. A decisão revoltou prefeitos, que já falam em protesto em Brasília.

O Congresso incluiu, no projeto de lei que prorroga a desoneração das empresas até 2027, dispositivo que previa alívio também sobre a folha das localidades com até 142 mil habitantes. Quando anunciou, na terça-feira, que revogaria parte da MP apresentada em dezembro para reonerar a folha das empresas, o governo sinalizou que o trecho relacionado aos municípios também cairia, o que não se confirmou (leia mais ao lado).

Em nota, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) convocou "todos os prefeitos e prefeitas para estarem em Brasília na próxima quarta-feira, 6 de março, para uma mobilização municipalista".

O benefício representaria economia de R\$ 11 bilhões para os cofres das prefeituras. "Temos de trabalhar junto ao Congresso que tem sido nosso aliado nessa questão. O que o Executivo está fazendo é exatamente mudar uma decisão soberana do Congresso. Para tanto, vamos mobilizar e vamos ficar nessa posição de manter nossa conquista", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, em mensagem encaminhada aos gestores municipais.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto que prorrogava a desoneração e o responsável por incluir o dispositivo relacionado às prefeituras, disse esperar que o Congresso, mais uma vez, reverta a decisão.

- Tem segmentos da sociedade que têm alíquota reduzida, não sei por que o governo atende esses segmentos e não atende as prefeituras - alegou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também pediu que o governo retome a desoneração dos municípios, como previsto.

Entenda o impasse

No ano passado, o Congresso aprovou um projeto de lei para prorrogar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 2027.

O benefício permite que as empresas substituam a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

O Congresso ainda incluiu no texto do projeto um dispositivo que reduziria a alíquota de **INSS** cobrada sobre a folha de prefeituras de municípios com até 142 mil habitantes de 20% para 8%.

O projeto foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva mas o veto acabou derrubado pelo Congresso. Com isso, o governo editou, em dezembro, medida provisória (MP) prevendo a reoneração gradual da folha das empresas a partir de abril e

a retirada do desconto para as prefeituras.

A MP também previa outras duas medidas: a extinção do Perse (programa de socorro ao setor de eventos por meio de isenções tributárias criado durante a pandemia) e limitação para compensação tributária de créditos judiciais por empresas.

Diante da forte resistência entre os congressistas ao fim da desoneração, o governo se viu obrigado a recuar. Após um acordo, o governo concordou em retirar

a reoneração da MP e reiniciar a discussão por meio de projeto de lei, o que foi formalizado ontem.

Quando anunciou a decisão, na terça-feira, o Planalto sinalizou que seriam mantidos na MP apenas os pontos relacionados ao Perse e à compensação tributária.

O texto apresentado ontem, porém, manteve também a reoneração das prefeituras, o que causou revolta nas entidades municipais.

**Site:** [https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240229&\\_gl=1\\*usfhqc\\*\\_gcl\\_au\\*NDEwODIwNDgwLjE3MDc5ODI0MzguMjg3OTU2NTgxLjE3MDc5ODI0NDguMTcwNzk4MjQ0Nw..](https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240229&_gl=1*usfhqc*_gcl_au*NDEwODIwNDgwLjE3MDc5ODI0MzguMjg3OTU2NTgxLjE3MDc5ODI0NDguMTcwNzk4MjQ0Nw..)

# Mais um passo à desoneração (Editorial)

## **Correio Braziliense**

A taxa de desemprego encerrou 2023 em 7,8%, representando uma queda importante na comparação com a do ano anterior (9,9%). Em boa parte, o resultado pode ser atribuído à vigência da desoneração da folha de pagamento de 17 setores produtivos, que garantem mais 9 milhões de postos de trabalho, inclusive as prefeituras.

Após a aprovação da **Reforma Tributária**, o Executivo editou medida provisória, a fim de derrubar a desoneração. Entre divergências e diálogos apaziguadores, prevaleceu a vontade do Legislativo. Nova medida provisória, mantendo a desoneração, foi editada, mas excluiu os governos municipais das lista de beneficiados, o que desagradou parlamentares e até o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Com a nova MP, o Executivo deixaria de arrecadar R\$ 12 bilhões. Caso o governo ceda e estenda o benefício aos municípios com até 142 mil habitantes, como defende o presidente do Congresso, a perda na arrecadação chegará a R\$ 16 bilhões. O governo federal argumenta que essas e outras isenções fiscais podem criar dificuldades para zerar o déficit das contas públicas no fim deste ano. O país encerrou 2023 com um rombo de R\$ 249 bilhões nas contas do setor público consolidado. A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em nota, destacou que mesmo com a desoneração, a **Receita Federal** arrecadou R\$ 280,6 bilhões em janeiro. Para grupo, o valor mostra que há espaço para não penalizar os empreendedores brasileiros.

A antecipação da edição da MP da desoneração frustrou a expectativa da equipe econômica, que pretendia manter a cobrança até o fim de março, para avaliar o relatório bimestral de despesas e receitas. Hoje, a intenção é manter firme a decisão de acabar com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) ? um socorro do Estado ao segmento durante a fase mais crítica da pandemia de covid-19. Como a crise sanitária foi dissipada com a vacinação em massa, garantindo um certo controle da doença. Mas não só isso, o programa mereceu duras críticas da área técnica da **Receita Federal**, diante dos indícios de abusos e fraudes no desenvolvimento do projeto.

A desoneração do setor produtivo foi criada em 2011, passando a valer no ano seguinte. Naquele momento,

o Brasil enfrentava profunda crise econômica. Mas o que seria uma medida temporária, para oxigenar os vários setores, tornou-se definitiva. Hoje, tornou-se quase impossível eliminar esse benefício dos segmentos que movem a economia nacional.

Embora haja divergências entre a equipe econômica e os parlamentares, o aumento da oferta de empregos é entendido como essencial ao país, que enfrenta profundas e grandes desigualdades socioeconômicas. Mais emprego, mais dinheiro no bolso do trabalhador e, no fim, mais consumo. Dessa forma, deputados e senadores apostam que a economia voltará a girar, o que será positivo tanto para o governo quanto para os empresários.

Nessa linha de entendimento ? crescimento via maior oferta de empregos ?, haverá menor pressão sobre as políticas sociais, que demandam medidas compensatórias, como Bolsa Família e outras iniciativas, exigidas pelos indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa compreensão não deixa de ter uma lógica, mas frustra a ideia primária da equipe econômica de estabelecer um modelo equânime, em que todos os brasileiros possam contribuir para o equilíbrio da economia.

# Estatais precisam justificar demissão de concursados

BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem a tese de repercussão geral do julgamento em que ficou decidido que as empresas estatais precisam apresentar uma motivação ao emitir funcionários que foram contratados por concurso público.

Esse entendimento servirá como base para todos os casos de situações semelhantes.

Os ministros definiram que a solicitação para a demissão deverá ser apresentada em um "ato formal", com base em um "fundamento razoável". Não serão utilizadas as hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.

Ficou definido que esse entendimento só vale para casos futuros. Até agora, não existia um entendimento unificado do Judiciário sobre demissão em estatais e costumava-se seguir as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Os ministros já formaram a maioria no caso há três semanas, mas suspenderam o julgamento para definir detalhes dessas teses.

O ministro Gilmar Mendes considerou que o termo "razoável" é subjetivo e deverá ser sob orientações da Justiça trabalhista:

"O que seria fundamento razoável? Vamos deixar para que a Justiça trabalhista faça a análise casuística e, em nome de uma suposta proteção ao trabalhador, possa rechaçar qualquer argumento pelos gestores que emprestam?".

O posicionamento foi reforçado por Alexandre de Moraes, que era o relator. "Obviamente, a Justiça do Trabalho vai interpretar o "razoável" como uma justa causa desidratada, mas uma justa causa".

Entretanto, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que propôs uma tese, atualmente, que a razoabilidade tem que estar "implícita" em todos atos do Poder Público.

A CLT prevê algumas situações em que o profissional pode ser demitido por justa causa. Nessa lista estão, por exemplo, ato de improbidade; incontinência de

conduta;

violação de segredo da empresa; ato de indisciplina ou de insubordinação; abandonar o emprego; e ato lesivo de honra ou de boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, entre outros.

O caso concreto aplicado foi de um grupo de funcionários demitidos do Banco do Brasil (BB) em 1997 que tentou reverter a decisão.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já havia rejeitado a reintegração ao banco. A maioria dos ministros do STF também votou para rejeitar o pedido.

MINISTRO GILMAR MENDES afirma que fundamento "razoável" para demissão de empregado público é subjetivo

Você sabia?

A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas.

A consolidação das leis unificou toda a legislação trabalhista então existente no País e inseriu de forma definitiva os direitos trabalhistas na legislação brasileira.

Desoneração mantém impasse do Congresso com Lula

Apesar de o governo ter recuado do trecho da medida provisória (MP) que estabelece a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia, o impasse com o Congresso Nacional foi mantido.

Isso porque a decisão do Palácio do Planalto não contempla a redução da alíquota previdenciária para prefeituras.

O dispositivo havia sido incluído em lei aprovada pelo Congresso em 2023, que estendia a desoneração da folha até 2027 e concedeu a redução da alíquota do **INSS** a cidades com até 142 mil habitantes.

Na MP 1202/23, assinada pelo presidente Lula (PT) no fim do ano passado, ficou revogada a lei e também o trecho de benefício aos municípios. A edição da MP

causou diversos embates com o Congresso e depois de diversas negociações o Executivo recuou e manteve o benefício para os 17 setores da economia. Os municípios, no entanto, não foram contemplados.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou o governo do presidente Lula (PT). "Essa é uma solução parcial e que não faz equiparar aquilo que está na mesma condição política e jurídica da desoneração da folha dos 17 setores, que é a desoneração da folha dos municípios", disse.

Já existe também uma cobrança sobre o Planalto para que também se revogue o trecho que trata sobre a reoneração dos municípios. No Palácio do Planalto, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo estuda uma proposta para compensar os municípios.

"A intenção do governo é apresentar (a proposta) durante a tramitação da MP e do PL de urgência. Essa proposta busca ser mais justa porque não trata os municípios como se fossem iguais. Você tem uma proposta mais justa para os municípios menores, com receita corrente líquida per capita menor".

PACHECO cobrou inclusão da desoneração da folha dos municípios na MP

# STF deve retomar hoje julgamento do processo sobre a revisão da vida toda

**Ana Paula Branco e Cristiane Gercina FOLHAPRESS**

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve retomar o julgamento da revisão da vida toda nesta quinta-feira (29). O processo estava na pauta da Corte desta quarta (28), mas não chegou a ser analisado devido à extensa lista de ações pautadas.

A correção possibilita ao segurado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício, não apenas as feitas após julho de 1994. Embora já tenha sido aprovada em dezembro de 2022, a revisão da vida toda pode ter uma reviravolta.

Uma ação de 1999 -que discute a constitucionalidade do fator previdenciário-pode ser entrave para a revisão. O processo 2.111 foi colocado na pauta pelo presidente da corte, Luís Roberto Barroso, após 25 anos à espera de uma resposta.

Além disso, o reconhecimento do STF, que manteve o entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de que o segurado tem direito a escolher a regra mais favorável em caso de mudança nas regras previdenciárias, é contestado pela AGU (Advocacia-Geral da União). A representante o **INSS** na Justiça entrou com recurso para limitar os efeitos da decisão e o alcance do pagamento e tenta ainda anular decisão do STJ que considerou a revisão constitucional.

Quando o julgamento for retomado, todos os ministros terão de se manifestar, e os que já votaram poderão mudar seus votos. Apenas o de Rosa Weber não poderá ser alterado, pois ela se aposentou. A ministra foi substituída por Flávio Dino, que não poderá votar. No entanto, o ministro recém-empossado poderá se manifestar no processo 2.111 -e na ação 2.110 sobre o mesmo tema-, cujo resultado pode impactar na revisão da vida toda.

Até lo de dezembro, quando o ministro Alexandre de Moraes interrompeu o julgamento, sete ministros votaram, em sentidos diferentes.

Moraes, relator do processo, quer fixar um marco temporal para permitir que os aposentados escolham a regra de aposentadoria mais favorável. Para o ministro, a referência é lo de dezembro de 2022, quando o STF julgou o mérito da ação.

Rosa Weber também entendeu que deveria haver modulação dos efeitos. Mas, para ela, o marco é 17 de dezembro de 2019, quando o STJ confirmou o direito à correção aos aposentados.

Edson Fachin e Carmén Lúcia seguiram o voto de Rosa. Cristiano Zanin, substituto de Ricardo Lewandowski (que votou a favor da revisão da vida toda), acolheu a alegação do **INSS** para anular o acórdão do STJ. Ele propôs retorno do processo ao tribunal superior.

Para o ministro, houve omissão no voto de Lewandowski ao não observar o que diz o artigo 97 da Constituição. Caso seja vencido quanto à anulação, o ministro propõe que o marco temporal para a modulação dos efeitos da decisão seja 13 de dezembro de 2022, quando foi publicada a ata do julgamento de mérito. Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli acompanharam o voto de Zanin.

Segundo especialistas, se voltar ao STJ, há grandes chances de a revisão da vida toda ser derrubada, por não haver maioria para aprová-la.

PARA ENTENDER VOTAÇÃO EM 2022 Em2022, votaram a favor da revisão da vida toda no STF os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Marco Aurélio. Os votos vencidos foram dados por Kassio Nunes Marques, Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

O INSS diz que, se aprovada pelo STF, o **INSS** teria de revisar 88 milhões de benefícios, equivalente a todas as aposentadorias concedidas entre 1999 e 2019. Além disso, o custo para pagar a correção estaria estimado em mais de R\$ 300 bi.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2758#book/54>

# Saiba como funcionará o novo sistema de crédito consignado

**Geralda Doca** [geralda@oglobo.com.br](mailto:geralda@oglobo.com.br)

O governo pretende reformular o modelo de concessão de crédito consignado, quando há desconto automático na folha de pagamento, para os trabalhadores do setor privado. O presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse que todos os bancos poderão participar do que chamou de E-consignado, e que a instituição será apenas o "indutor inicial".

- Isso vai baratear o custo para o consumidor final - afirmou Carlos Vieira.

O projeto, que está sendo desenvolvido pelos ministérios da Fazenda e do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, prevê a criação de um site, no qual os trabalhadores com carteira assinada poderão se inscrever e escolher a instituição financeira em que desejam tomar o empréstimo, de acordo com a taxa oferecida e o prazo de pagamento.

Hoje, o trabalhador só pode contratar a operação no banco com o qual a empresa tem convênio pré-acordado. Com o novo sistema, isso vai acabar.

**RANKING DE TAXAS** O E-consignado trará o ranking das taxas cobradas pelos bancos.

Como já funciona com o FGTS digital, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa, que permitirá a todos os trabalhadores - inclusive os domésticos - contratarem consignado diretamente dessa plataforma, sem a necessidade de a empresa ter um convênio firmado com o banco.

Os empregadores poderão incluir na guia de recolhimento do e-Social o valor da parcela, descontado do contracheque, e o sistema fará a transferência automática para os bancos credores, explicou um técnico a par das discussões.

Segundo o BC, as novas operações de consignado para os trabalhadores do setor privado caíram de R\$ 27,7 bilhões em 2022 para R\$ 18,2 bilhões em 2023. Um dos objetivos do novo sistema é fazer com que o acesso a esse tipo de crédito seja facilitado.

**SAIBA MAIS SOBRE O PROJETO DO GOVERNO**

**PORTABILIDADE** Na segunda fase do projeto, será

possível fazer a portabilidade, ou seja, migrar o empréstimo para outro banco com taxa mais em conta. As linhas gerais do projeto já foram apresentadas a representantes do setor financeiro, que aprovam a medida, desde que o produto seja bem desenhado e tenha segurança, disse uma fonte do mercado. Uma das ideias defendidas é que o trabalhador possa acessar a plataforma pelo site oficial do governo, o Gov.br. Mas ainda será necessário verificar se o sistema será compatível com a tecnologia a ser adotada pelos bancos. A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Empresas desse porte têm menos volume e capilaridade para firmar acordos com bancos para que seus funcionários contratem empréstimos.

.....

**MARGEM MAIOR** Além de automatizar a concessão do consignado para os trabalhadores do setor privado, o governo estuda ampliar a margem de consignação (o que pode ser descontado do salário) de 30% para 35%. Ou seja, seriam adotados os mesmos parâmetros hoje existentes para os **servidores públicos** e beneficiários da **Previdência Social**. No futuro, a plataforma seria estendida aos funcionários públicos.

.....

**FGTS COMO GARANTIA** Também está sendo estudada a possibilidade de o trabalhador dar o FGTS como garantia em caso de demissão sem justa causa para quitar ou amortizar o saldo devedor.

A taxa cobrada da categoria é elevada em relação aos servidores e aposentados do **INSS**, justamente pela falta de estabilidade. Mas ainda não há decisão tomada.

.....

**TODAS AS EMPRESAS** A plataforma valerá para todas as empresas e empregados celetistas, mas deve beneficiar, por exemplo, trabalhadores de pequenos e médios negócios. Dados do Ministério do Trabalho mostram que mais da metade do estoque de assalariados está concentrada em empresas com até 99 trabalhadores. O governo avalia que os principais

beneficiados serão de baixa renda. Dados apontam que 37 milhões de trabalhadores ganham até R\$ 2.720 por mês.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# INSS: teto de juros do empréstimo cai de novo

**Geralda Doca** [geralda@oglobo.com.br](mailto:geralda@oglobo.com.br)

consignado cairia para 1,75% ao mês.

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem mais um corte no teto dos juros do consignado para aposentados do **INSS** e idosos e pessoas com deficiência da baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

A taxa, que está em 1,76% ao mês, cairá para 1,72%, conforme propôs o ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O teto dos juros na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado, hoje em 2,61%, também deve cair na mesma proporção, para 2,55%. Com o novo juro aprovado no colegiado, onde o governo tem maioria, os novos percentuais começam a valer em oito dias úteis.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciou a trajetória de queda na taxa de juros básica, em agosto do ano passado, Lupi trava uma disputa com os bancos no Conselho para reduzir o teto dos juros para os beneficiários do **INSS**.

O setor financeiro não concorda com a estratégia do ministro, mas seus representantes têm sido voto vencido no colegiado. Os bancos alegam que a taxa Selic não funciona como referência para empréstimos e que a consequência da medida é a queda na oferta da modalidade pelas instituições financeiras.

Como alternativa, os bancos conseguiram aprovar como referência para o consignado a taxa do DI (Depósito Interbancário), considerando o prazo médio de dois anos. Essa é uma metodologia usada para investimentos em renda fixa.

Segundo Tonia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas e integrante do grupo técnico que estuda o tema, é possível que o colegiado aprove a sistemática sugerida pelos bancos na reunião. Segundo ela, seria uma fórmula mais alinhada ao mercado financeiro.

- Os cortes podem até continuar acontecendo. O que a gente está discutindo é a forma de se chegar ao resultado adequado - diz Tônia, acrescentando que se prevalecer a posição dos bancos, o teto da taxa do

# Governo mantém reoneração para municípios e prefeitos reagem

A medida provisória publicada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou a reoneração da folha de pagamentos dos 17 setores da economia atualmente beneficiados com a política, mas manteve decisão de cortar o desconto que havia sido dado a prefeituras de pequenos municípios. O caso revoltou prefeitos, que já falam em protesto em Brasília.

O descontentamento foi exposto em nota divulgada pela Confederação Brasileira de Municípios (CNM). "O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, convoca todos os prefeitos e prefeitas para estarem em Brasília na próxima quarta-feira, 6 de março, para uma mobilização municipalista", diz o texto.

Em 2023, o Congresso incluiu no projeto que prorrogaria a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até 2027 um trecho para baixar de 20% para 8% a alíquota de **INSS** cobrada de municípios com até 142 mil habitantes. De acordo com a CNM, o desconto anual no pagamento dos municípios ao **INSS** seria de R\$ 11 bilhões. A mudança foi feita no Senado, sob relatoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA). Quando da edição da MP em dezembro, o governo acabou com essa redução voltada para as prefeituras. A decisão foi mantida na medida provisória editada ontem, que só revogou a reoneração da folha de pagamentos dos 17 setores privados beneficiados. Assim, os municípios ficam com a alíquota cheia de 20%, em vez dos 8% aprovados pelo Congresso em 2023.

Tanto a reoneração dos setores da iniciativa privada quanto das prefeituras estão no esforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação e colocar as contas do governo federal em dia.

Houve forte reação do Congresso às medidas. Os setores econômicos beneficiados pela desoneração pressionam deputados e senadores para manter a vantagem. Por isso, essa parte da discussão será reiniciada pelo governo com o Legislativo em forma de projeto de lei, que vale só depois de aprovação das duas Casas. A reoneração havia sido publicada como medida provisória, que vigora a partir de sua publicação pelo Executivo por até 120 dias.

O senador Angelo Coronel criticou ontem a decisão do governo de não retomar a desoneração da alíquota

previdenciária dos municípios. Na terça-feira, 27, após um acordo com o Congresso, o petista assinou uma nova MP, desta vez recuando sobre a desoneração dos 17 setores, mas mantendo a derrubada do benefício às prefeituras. Essa nova MP foi publicada ontem.

"Espero que o Congresso Nacional aprecie a retirada do benefício às prefeituras e vote porque é uma questão de justiça. As prefeituras hoje não têm a menor condição de pagar essa alíquota previdenciária tão alta. Tem segmentos da sociedade que têm alíquota reduzida, não sei por que o governo atende esses segmentos e não atende as prefeituras", disse Coronel, que é da base governista no Senado.

O senador avalia que o governo deve pressionar os deputados e senadores para manter o texto da MP 1202 - ou seja, revogando a desoneração para as prefeituras. "Pressão do governo vai existir, não tenho dúvida, mas o Congresso eu acredito que não vá de encontro com as prefeituras", completou.

Paulo Ziulkoski, da CNM, convocou prefeitos para mobilização em Brasília, em 6 de março

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132638>

# Governo desiste de CLT e reconhece motoristas de app como autônomos

SAO PAULO. O governo Lula recuou da ideia inicial de enquadrar motoristas de aplicativo em três categorias profissionais- uma delas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - e enviará projeto de lei ao Congresso no qual reconhece esses trabalhadores como autônomos.

O enquadramento consta em uma minuta de regulação do setor, à qual a reportagem teve acesso, que determina contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 7,5%, pagamento de hora de trabalho no valor de R\$ 32,09 e remuneração de ao menos o salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Se aprovada no Congresso, a proposta de lei criará uma nova categoria profissional, a de trabalhador autônomo por plataforma, o que vai ao encontro de decisões do STF.

Os trabalhadores que usam motocicletas ficaram fora das negociações porque não se chegou a consenso com as empresas dessa área. Segundo a minuta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) entregue ao Palácio do Planalto, os motoristas deverão recolher 7,5% de contribuição à **Previdência Social** sobre o salário recebido. As empresas vão contribuir com 20% sobre a remuneração mínima do profissional

MTE, Uber e 99 não haviam se manifestado sobre o assunto até o fechamento desta edição. Procurada, a Associação de Mobilidade e Tecnologia, que representa aplicativos como Uber, 99 e iFood, entre outros, disse que só vai se manifestar quando houver a divulgação oficial da proposta. (Cristiane Gercina/Folhapress)

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Empresas devem enviar comprovantes para Imposto de Renda até hoje

Publicado em 29/02/2024 - 07:18

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As empresas e as instituições financeiras têm até esta quinta-feira (29) para enviar aos contribuintes os comprovantes de rendimentos referentes ao ano passado. Os informes são usados para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda (IR) Pessoa Física 2024, cujo prazo de entrega está previsto para começar em 15 de março.

Os dados não precisam ser enviados pelos Correios. As empresas e as instituições financeiras podem mandar os dados por e-mail, divulgar links para serem baixados na internet ou fazer a divulgação em aplicativos para dispositivos móveis. No caso dos **servidores públicos** federais, o informe de rendimentos pode ser obtido no site ou no aplicativo SouGov.br.

Os documentos de rendimento servem para a **Receita Federal** cruzar informações e verificar se o contribuinte preencheu dados errados ou sonegou imposto. Os comprovantes fornecidos pelos empregadores devem conter os valores recebidos pelos contribuintes no ano anterior, assim como detalhar os valores descontados para a **Previdência Social** e o Imposto de Renda recolhido na fonte. Contribuições para a **Previdência Complementar** da empresa e aportes para o plano de saúde coletivo devem ser informados, caso existam.

## Comprovantes na internet

Os aposentados e os pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) podem pegar os comprovantes na internet. O documento está disponível na página Meu **INSS** ou no aplicativo de mesmo nome disponível para os sistemas Android e iOS. O segurado deve digitar a mesma senha para consultar os demais extratos. Caso não tenha senha, basta seguir os passos informados pelo site.

Planos de saúde individuais e fundos de pensão também são obrigados a fornecer os comprovantes, cujos dados serão usados para o contribuinte deduzir os valores cobrados no Imposto de Renda. Os bancos e corretoras devem informar os valores de todas as contas correntes e de todos os investimentos. Caso o contribuinte tenha conta em mais de uma instituição,

deve obter os comprovantes de todas elas.

## Novo prazo

Desde o ano passado, o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda mudou. O documento poderá ser enviado de 15 de março a 31 de maio. Tradicionalmente, o prazo de entrega começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. De acordo com a Receita, a mudança foi necessária para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda no primeiro dia de entrega.

Segundo a **Receita Federal**, como a maioria das informações oferecidas na declaração pré-preenchida só chega à **Receita Federal** no fim de fevereiro, o Fisco precisa de um prazo para consolidar os dados. Por causa disso, o formulário pré-preenchido, que proporciona mais comodidade e diminui a chance de erros pelo contribuinte, só é fornecido na metade de março.

## Atraso e erros

Caso o contribuinte não receba os informes no prazo, deve procurar o setor de recursos humanos da empresa ou o gerente da instituição financeira. Se o atraso persistir, a **Receita Federal** pode ser acionada. Em caso de erros ou de divergência de dados, é necessário pedir um novo documento corrigido.

Se não receber os dados certos antes do fim de maio, dia final de entrega da declaração, o contribuinte não precisa perder o prazo e ser multado. É possível enviar uma versão preliminar da declaração e depois fazer uma declaração retificadora.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/empresas-devem-enviar-comprovantes-para-imposto-de-renda-ate-hoje>

# Prazo de entrega do informe de rendimento do IR 2024 termina nesta quinta

Conta em Dia

/  
Do R7

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Conta em Dia | Do R7

As empresas e as instituições financeiras têm até esta quinta-feira (29) para enviar o informe de rendimentos para a declaração do Imposto de Renda 2024.

A entrega das declarações começa em 15 de março e vai até o dia 31 de maio, como definiu a **Receita Federal** no ano passado. Mas as regras do IRPF 2024 ainda não foram divulgadas.

Os funcionários e prestadores de serviço que não receberem o informe de rendimento devem procurar a área de recursos humanos ou o gerente da instituição financeira.

Segundo a Receita, o empregador que deixar de fornecer o comprovante dentro do prazo ou enviá-lo com erros ficará sujeito ao pagamento de multa.

"A Instrução Normativa 2060/2021 estabelece as regras de emissão do comprovante de rendimentos. Fica sujeita ao pagamento de multa de R\$ 41,43 por comprovante a fonte pagadora que deixar de fornecê-lo aos beneficiários, dentro do prazo", afirma a Receita em nota.

Os documentos são essenciais para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2024, com as informações sobre o total dos rendimentos obtidos pelo trabalhador no ano passado e o Imposto de Renda retido na fonte no mesmo período.

No caso dos bancos, o informe de rendimentos dos

clientes traz dados sobre aplicações financeiras e saldo em conta. Operadoras de planos de saúde e instituições de ensino também devem fornecer as notas de valores recebidos de contribuintes, nesse caso, para fins de dedução do imposto.

Os documentos permitem que a **Receita Federal** cruze informações e verifique se o contribuinte preencheu dados com erros ou sonegou **impostos**. Neles, constam os valores recebidos pela pessoa física, todos os **impostos** pagos durante o ano e as contribuições feitas ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

## 1. Organize os documentos necessários

Já separe e guarde documentos que serão imprescindíveis para o preenchimento, tais como: informes de rendimentos bancários e aplicações financeiras, recibos de despesas médicas e com educação, lista de aluguéis recebidos, dados dos dependentes, entre outros.

## 2. Fique atento aos critérios para fazer a declaração

Normalmente se exige a entrega de declaração quando há o recebimento de salários, aposentadoria ou pensão do **INSS**, pensão alimentícia, renda de aluguéis ou rendimentos como autônomo, entre outros, e a soma de todos esses rendimentos no ano anterior supera um valor-base específico. Preste muita atenção aos critérios que a **Receita Federal** vai disponibilizar, em breve, para a declaração 2024.

## 3. Declare seus bens

No item "Bens e Direitos", o contribuinte deverá declarar bens como veículos, imóveis, embarcações e terrenos. Nessa categoria, deve-se informar sobre ações e cotas de capital de empresas, negociadas ou não na Bolsa de Valores, investimentos e criptomonedas, entre outros.

## 4. Declaração completa ou simplificada

Na hora de escolher a forma de tributação do Imposto de Renda, o contribuinte tem duas opções: deduções legais, em que o imposto é calculado sobre os rendimentos totais, com a dedução das despesas informadas, ou desconto simplificado, em que as

deduções não são consideradas e é aplicado um desconto-padrão de 20% sobre a renda tributável. Fique atento ao seu caso para verificar qual das opções gera um imposto menor ou uma restituição maior.

5. Procure ajuda especializada de seu contador de confiança

O primeiro passo para não ocorrerem erros na declaração de Imposto de Renda é contar com o serviço de um profissional de contabilidade de confiança que possa dar a melhor consultoria sobre os principais pontos de dúvida.

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Carregando...

Prisma

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

**Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/prazo-de-entrega-do-informe-de-rendimento-do-ir-2024-termina-nesta-quinta-29022024>**

# Caixa conclui pagamento da parcela do Bolsa Família de fevereiro

Publicado em 29/02/2024 - 07:02  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal conclui o pagamento da parcela de fevereiro do novo Bolsa Família. Recebem nesta quinta-feira (29) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 0.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, 240 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), com NIS final 0. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 quilos.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/caixa-conclui-pagamento-da-parcela-do-bolsa-familia-de-fevereiro>

# Regra para entregador de aplicativo deve ficar para o Congresso

As discussões para a criação de uma regra que garanta proteção previdenciária e ganhos mínimos a entregadores de aplicativos não avançaram no mesmo ritmo que as conversas envolvendo motoristas.

A expectativa da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de pessoas envolvidas na negociação é que as discussões sejam retomadas nos próximos dias, mas não está descartado deixar o embate para o Legislativo, para onde o governo enviará o projeto de lei criando a figura do trabalho autônomo intermediado por plataforma ou aplicativo.

As negociações para a criação de uma regra para esse tipo de trabalho tiveram início em 2023, com a criação de um grupo de trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego. O trabalho acabou dividido em dois braços, uma para motoristas e outros para entregadores que usam motos ou bicicletas.

Como a Folha mostrou nesta quarta (28), uma minuta da proposta trata dos motoristas e a versão final deverá ser anunciada na segunda.

O governo desistiu da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), reconhece esses trabalhadores como autônomos e define um modelo de contribuição para o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Na negociação do modelo para os entregadores, a conversa travou porque não houve acordo sobre o valor mínimo pago por hora trabalhada e sobre o tipo de tributação dos ganhos.

Pesou nas conversas a heterogeneidade dos entregadores. Sentaram à mesa os sindicalizados e diversos representantes de grupos menores -em geral, figuras tidas como líderes a partir de suas atuações como influenciadores, motoboys que falam do dia a dia desse trabalho nas redes.

Esses grupos tinham demandas diferentes, tanto nos pontos regulatórios quanto no tipo de remuneração, se seria por hora trabalhada ou por hora à disposição do aplicativo.

Houve ainda uma avaliação de que o modelo de contribuição previdenciária definido para os motoristas é uma solução incompleta e arrecadatária e que não poderia ser reproduzida para a realidade dos

entregadores, que ganham menos, em média, e trabalham menos horas por mês.

Na avaliação de pessoas com conhecimento das negociações, há o risco de os trabalhadores não atingirem uma renda mínima para serem considerados segurados do **INSS**.

A contribuição entraria no caixa do governo, custaria aos trabalhadores e às empresas, mas a insegurança social -a falta de acesso a benefícios como auxílio-doença e aposentadoria- continuaria.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/regra-para-entregador-de-aplicativo-deve-ficar-para-o-congresso.shtml>

# Uma nova categoria

O governo Luiz Inácio Lula da Silva recuou da ideia inicial de enquadrar motoristas de aplicativo em três categorias profissionais - uma delas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) - e enviará projeto de lei ao Congresso no qual reconhece esses trabalhadores como autônomos.

O enquadramento consta em uma minuta de regulação do setor, à qual a reportagem teve acesso, que determina contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 7,5%, pagamento de hora de trabalho no valor de R\$ 32,09 e remuneração de ao menos o salário mínimo, hoje em R\$ 1.412.

Se aprovado pelos congressistas, a proposta de lei criará uma nova categoria profissional, a de trabalhador autônomo por plataforma, o que vai ao encontro de decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF), que enquadra a categoria como autônoma.

Motos ficam de fora

Os trabalhadores que usam motocicletas ficaram de fora das negociações, porque não se chegou a consenso com as empresas dessa área, mesmo após um ano de debates entre o Ministério do Trabalho, empresas de aplicativos, entregadores e sindicalistas.

Segundo a minuta elaborada na pasta comandada por Luiz Marinho e entregue ao Palácio do Planalto, os motoristas deverão recolher 7,5% de contribuição à **Previdência Social** sobre o salário recebido.

As empresas irão contribuir com 20% sobre a remuneração mínima do profissional, que irá corresponder a 25% da renda bruta.

A hora mínima começará a ser cobrada a partir do momento em que o profissional aceitar a viagem, ou seja, pela hora trabalhada, e não pela hora logada, como queria a categoria.

Os R\$ 32,09 correspondem a R\$ 8,02 de retribuição pelos serviços prestados, e de R\$ 24,07 como ressarcimento dos custos do profissional.

MTE, Uber e 99 não responderam até a publicação desta reportagem.

Procurada, a Associação de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa aplicativos como Uber, 99 e iFood, entre outros, disse que só irá se manifestar

quando houver a divulgação oficial da proposta.

A minuta do projeto de lei diz ainda que esse tipo de atividade profissional será regido pela nova lei desde que o serviço seja prestado "com plena liberdade para decidir sobre dias, horários e períodos em que se conectará ao aplicativo".

Há, no entanto, limite de horas de trabalho, de até 12 horas por dia. Segundo o projeto, a limitação tem como objetivo "assegurar a segurança e a saúde do trabalhador e do usuário".

A contribuição ao **INSS** será recolhida pela empresa responsável pelo aplicativo e destinada à **Previdência Social** todo dia 20 de cada mês.

Os dados do profissional deverão estar inscritos em sistema próprio da **Receita Federal**, provavelmente o eSocial, e as plataformas poderão sofrer fiscalização de auditores do trabalho.

Caso descumpram a lei, as empresas estarão sujeitas à multa no valor de cem salários mínimos, o que dá R\$ 141,2 mil neste ano. A remuneração do trabalhador será reajustada a cada ano, conforme o aumento do mínimo (Da Folhapress).

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

# Rendimento domiciliar per capita no Brasil cresce 16,5%

**TÂMARA FREIRE** Agência Brasil, Rio de Janeiro

O rendimento domiciliar per capita no Brasil ficou em R\$1.893 por mês, no ano passado. Foram R\$268a mais do que em 2022, uma alta de 16,5%. No entanto, o IBGE, responsável pelo levantamento, verificou grandes desigualdades pelo país.

O maior valor foi verificado no Distrito Federal: mais de R\$ 3.300. O economista e professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Gilberto Braga, explica que isso se deve ao grande contingente de **servidores públicos** que vivem na capital federal.

"Nas demais cidades, a gente vê um peso relativo bastante grande do salário mínimo, que ainda é utilizado como principal referência de remuneração. Então quando você pensa em funcionalismo público, os cargos concursados eles tendem a partir já de um valor superior ao mínimo. Isso puxa a média do Distrito Federal para cima, ficando maior do que as demais cidades pesquisadas da Pnad", explica o economista.

Na outra ponta, estava o Maranhão, onde o rendimento mensal não chegou a R\$ 950. Mas este foi o único estado brasileiro em que o cálculo ficou abaixo de R\$ 2.000.

Em 11 estados, ele variou entre R\$ 1.095 e R\$ 1.425. E em apenas oito unidades federativas foi superior a R\$ 2.000, entre elas as três da Região Sul; mais São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal.

Ainda de acordo com o IBGE, as Regiões Norte e Nordeste concentraram todos os menores rendimentos per capita em 2023.

O cálculo feito pelo IBGE considera todos os tipos de rendimento, incluindo aqueles obtidos com o trabalho e os que vêm de outras fontes, como aposentadorias, pensões e programas de transferência de renda.

Alta nominal

No Brasil como um todo, a renda domiciliar per capita também cresceu em termos nominais frente a 2022, quando havia sido de R\$ 1.625: +16,5% ou mais R\$ 268.

De 2022 para 2023, pelo segundo ano consecutivo, todas as 27 unidades da Federação registraram alta nominal da renda domiciliar per capita média.

Maior valor verificado na pesquisa foi no Distrito Federal: mais de R\$ 3.300

Rendimento na Bahia foi R\$ 1.139

Em 2023, o rendimento mensal domiciliar per capita médio da Bahia (soma dos rendimentos de todas as fontes de cada morador do domicílio dividida pelo total de moradores) foi de R\$ 1.139.

Em relação ao apurado em 2022 (R\$ 1.010, em valores correntes daquele ano), a renda domiciliar per capita média na Bahia teve um aumento nominal (desconsiderando a **inflação** do período) de 12,8%, em um ano, o que representou mais R\$ 129. O aumento baiano foi o 6º menor do país em termos absolutos (+R\$ 129) e apenas o 17º em termos percentuais (+12,8%).

Ainda assim, depois de dois anos perdendo posições no ranking estadual desse indicador, a Bahia subiu de 4º para 5º menor rendimento domiciliar per capita do país, superando Acre (R\$ 1.095 em 2023) e desempatando de Pernambuco (R\$ 1.113 em 2023).

Ranking

Manteve-se, porém, apenas como o 6º rendimento domiciliar per capita dentre os 9 estados do Nordeste.

No ano passado, Maranhão (R\$ 945), Acre (R\$ 1.095) e Alagoas (R\$ 1.110) tinham os menores rendimentos domiciliares per capita do país. Os maiores estavam em Distrito Federal (R\$ 3.357), São Paulo (R\$ 2.492) e Rio de Janeiro (R\$ 2.367).

Em 2023, o rendimento médio domiciliar per capita baiano (R\$ 1.139) se manteve abaixo (-12,5%) do salário mínimo vigente (R\$ 1.302), mas seguiu reduzindo essa-distância, em relação ao verificado em 2021 (quando ela era -23,4%) e 2022 (-16,7%).

Site:

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_A](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_A)

**B54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F  
455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFC  
CB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633  
CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6C  
A6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0  
ED09E64229FF58AC9583395**

# "Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial"

**SERGIO LAMUCCI Do Valor SÃO PAULO**

ENTREVISTA: Kristalina Georgieva / diretora-gerente do fundo monetário internacional

Em sua primeira visita ao Brasil, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, diz que o país "tem sido uma boa notícia para a economia mundial", por ter superado as projeções de crescimento dos últimos anos, inclusive as do Fundo. Para ela, o Brasil está bem posicionado no front fiscal, com um pacote "muito determinado" de reformas, citando entre elas a mudança do sistema tributário, que deve elevar o crescimento potencial ao longo do tempo e a iniciativa que busca ampliar a oferta de proteção cambial para projetos ambientalmente sustentáveis, lançada na segunda-feira. Georgieva também vê com bons olhos o novo arcabouço fiscal.

Em entrevista ao Valor, a economista búlgara afirma ainda que o Brasil "tem uma enorme vantagem comparativa na nova economia do clima e está posicionado para uma transformação ecológica que pode criar novas oportunidades industriais", além de elogiar a condução da política monetária pelo Banco Central (BC) brasileiro. Georgieva veio a São Paulo para participar da reunião dos ministros de Finanças e presidentes dos BCs do G20, que ocorre nesta semana.

Na visão de Georgieva, porém, o atual ritmo de crescimento do Brasil "não é suficiente para a ambição e o potencial do Brasil"-o país cresceu cerca de 3% em 2023 e deve avançar 2% ou um pouco menos neste ano, segundo analistas. Para ela, a qualidade do gasto público pode melhorar, sendo também essencial que a arrecadação "seja justa, que as brechas sejam fechadas e que a tributação distribua o peso das receitas de forma justa por toda a sociedade". Além disso, Georgieva avalia que "o país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento e aproveitar as fontes de competitividade, entre as quais a energia verde abundante".

Ao falar da economia global, Georgieva diz que o mundo parece caminhar para um pouso suave -a **inflação** tende a voltar para as metas perseguidas pelos BCs sem uma recessão. Ainda há, porém, países em que a **inflação** não está domada, o que

exige cautela dos bancos centrais. Segundo ela, é fundamental ainda manter "a casa fiscal em ordem", para que os países estejam preparados para enfrentar eventuais novos choques.

Georgieva é a número 1 do FMI desde outubro de 2019. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como a senhora avalia as perspectivas para a economia global em 2024? A **inflação** voltará às metas sem uma recessão? Em outras palavras, os bancos centrais conseguirão criar um pouso suave?

O que vemos é uma notável resiliência na economia mundial, apesar das altas taxas de juros. E isso se traduz em uma expectativa de que, de fato, um pouso suave ocorrerá este ano. Mas temos que reconhecer que a luta contra a **inflação** não foi totalmente vencida em todos os lugares. Aqui no Brasil, vocês estão à frente. Vocês estavam à frente no combate à **inflação** por meio do aumento dos juros e estão à frente na capacidade de ver a **inflação** baixar a ponto de poder reduzir as taxas. No entanto, esse não é o caso em todos os lugares e, portanto, os bancos centrais precisam continuar a ser muito cautelosos quanto ao tempo de agir, guiados pelos dados. Em segundo lugar, embora o crescimento permaneça em território positivo e tenhamos aumentado ligeiramente nossas projeções para 2024, de 2,9% para 3,1%, também vemos um crescimento fraco ano após ano. Com isso, as perspectivas para o mundo enfrentar desafios muito dramáticos se tornaram mais difíceis. Embora estejamos mais otimistas hoje do que há um ano, também estamos alertando as autoridades para que se guiem pelos dados e também para que se concentrem, neste ano melhor, em colocar a casa fiscal em ordem. Se houver um novo choque, temos que nos preparar, e isso significa mais atenção à reconstrução dos amortecedores fiscais.

Quais são os principais riscos para a economia global atualmente e o que as autoridades devem fazer para evitá-los?

Nos últimos anos, os principais riscos para a economia mundial foram exógenos - um choque exógeno da pandemia, um choque exógeno da guerra e, em vários países, consequências dramáticas de eventos climáticos. Isso se traduz na importância de desenvolver a resiliência a esses choques exógenos.

É por isso que enfatizamos o aspecto fiscal. Em segundo lugar, fazendo investimentos de médio e longo prazo no contexto de como o mundo está mudando, ou seja, investindo, como o Brasil está fazendo, em transformação ecológica, investindo em capital humano, para que as pessoas sejam mais ágeis nesse novo mundo. E em terceiro lugar, trabalhando juntos. É por isso que o G20 é tão importante. Além disso, o que aprendemos ao longo de muitas décadas é que, quando temos fundamentos macroeconômicos sólidos, estamos em uma posição melhor para lidar com o que quer que apareça em nosso caminho. O Brasil fez isso ao longo de muitos anos para construí-los - do lado da política monetária, um banco central independente, com forte capacidade de definir os objetivos da política monetária. No aspecto fiscal, vocês estão muito bem posicionados com um pacote de reformas do governo hoje. E, ao longo dos anos, muito tem sido feito. Mas é claro que o país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento e aproveitar as fontes de competitividade, entre as quais a energia verde abundante.

Nos últimos três anos, o crescimento do Brasil surpreendeu para cima, mas os números não são impressionantes. O que o Brasil deve fazer para crescer a taxas mais altas de modo sustentado?

O Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial, porque superou as projeções, inclusive as nossas, nos últimos anos. Fico muito satisfeita com isso. Mas, assim como o resto do mundo - que está crescendo a 3% -isso não é suficiente. Historicamente, o crescimento global nas décadas anteriores à pandemia foi, em média, de 3,8%. Desse modo, 3% para o Brasil, agora provavelmente abaixo de 2%, em 2024, não é suficiente para a ambição e o potencial do Brasil. Então, o que pode ser feito? Primeiro, o Brasil está realmente fazendo muito para melhorar sua perspectiva de crescimento. No aspecto fiscal, há um pacote muito determinado de reformas. A reforma do imposto sobre o valor agregado [a **reforma tributária**, aprovada no fim de 2023], que vai melhorar a perspectiva de crescimento potencial ao longo do tempo. A reforma de como o dinheiro público é usado para estimular mais investimentos privados, especialmente por meio de garantias sobre o risco cambial, além de uma revisão muito importante dos gastos. Desse modo, a qualidade do gasto público pode melhorar.

Como a senhora vê as perspectivas do Brasil em relação à economia verde?

O Brasil tem uma enorme vantagem comparativa na nova economia climática e está posicionado para uma transformação ecológica que pode criar novas

oportunidades industriais. O país é uma potência em energia renovável, o que significa que, em um mundo que está se esforçando para tomar as indústrias verdes, ele pode ser um polo muito atraente. O conceito de usar créditos de carbono para estimular a transformação já está bastante desenvolvido. No aspecto financeiro, a inclusão baseada na inovação digital é impressionante aqui no Brasil - 85% da população usam o Pix. Tudo isso mostra o potencial digital. Seria importante usar ainda mais o fato de que vocês têm acesso à internet muito acima da média para desenvolver a economia digital, além de combinar energia renovável com investimento em habilidades e talentos humanos. Com isso, é possível tirar proveito da inteligência artificial, porque ela será impulsionada por energia e dados baratos e, é claro, por pessoas qualificadas. Acho também que um aspecto da política que pode ser um grande fator de sucesso no Brasil é o foco na desigualdade. O que nossa pesquisa mostra é que as sociedades mais inclusivas, que promovem a igualdade, têm mais confiança entre as pessoas, nas comunidades e em relação a quem toma as decisões.

As contas públicas são geralmente vistas como o calcanhar de Aquiles do Brasil. O novo arcabouço reduziu os riscos mais extremos e imediatos, mas ainda há incertezas no front fiscal. Até que ponto elas colocam a economia brasileira em risco?

Os passos tomados são de fato muito promissores, porque reduziram o teto artificial imposto sobre como os gastos públicos podem ser feitos, passando para um intervalo e definindo uma meta para o déficit fiscal. Para este ano, a meta é zero e, até 2026, o objetivo é chegar a um superávit de 1% do **PIB**. Tudo isso fornece uma estrutura para os tomadores de decisão que é de fato melhor. Mas eu gostaria de enfatizar que, no front fiscal, as tarefas mais importantes que temos pela frente são, em primeiro lugar, garantir que a arrecadação de receitas seja justa, que as brechas sejam fechadas e que a tributação distribua o peso das receitas de forma justa por toda a sociedade. Em segundo lugar, a maneira como o dinheiro público é usado, e isso é realmente fundamental. Ele precisa ser usado mais do que no passado para abrir oportunidades de investimento privado, porque, em última análise, é isso que impulsiona as economias. Em terceiro lugar, como fazer com que o talento das pessoas seja mais utilizado.

"O país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento e aproveitar as fontes de competitividade, entre as quais a energia verde abundante"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial, diz Georgieva

**Sergio Lamucci**

Em sua primeira visita ao Brasil, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, diz que o país "tem sido uma boa notícia para a economia mundial", por superar as projeções de crescimento dos últimos anos, inclusive as do Fundo. Para ela, o Brasil está bem posicionado no front fiscal, com um pacote "muito determinado" de reformas, citando a mudança do sistema tributário, que deve elevar o crescimento potencial ao longo do tempo, a iniciativa que busca ampliar a oferta de proteção cambial para projetos ambientalmente sustentáveis, lançada na segunda-feira, e o programa de revisão de despesas públicas do governo.

Em entrevista ao Valor, a economista búlgara afirmou ainda que o Brasil "tem uma enorme vantagem comparativa na nova economia do clima e está posicionado para uma transformação ecológica que pode criar novas oportunidades industriais", além de elogiar a condução da política monetária pelo Banco Central (BC) brasileiro. Georgieva veio a São Paulo para participar da reunião dos ministros de finanças e presidentes dos BCs do G20, que ocorre nesta semana.

Na visão de Georgieva, porém, o atual ritmo de crescimento do Brasil "não é suficiente para a ambição e o potencial do Brasil" - o país cresceu cerca de 3% em 2023 e deve avançar 2% ou um pouco menos neste ano, segundo analistas. Para ela, a qualidade do gasto público pode melhorar, sendo também essencial que a arrecadação "seja justa, que as brechas sejam fechadas e que a tributação distribua o peso das receitas de forma justa por toda a sociedade". Além disso, Georgieva avalia que "o país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento e aproveitar as fontes de competitividade, entre as quais a energia verde abundante". Enfrentar a desigualdade também é essencial, assim como capacitar a mão de obra para um mundo que terá desafios como o avanço da inteligência artificial.

Ao falar da economia global, Georgieva diz que o mundo parece caminhar para um pouso suave. A demanda está forte e os mercados de trabalho seguem apertados. Ainda há, porém, países em que a **inflação** não está domada, o que exige cautela dos bancos centrais. Segundo ela, é fundamental manter

"a casa fiscal em ordem", para que os países estejam preparados para enfrentar eventuais novos choques.

Georgieva é a número 1 do FMI desde outubro de 2019. Antes, foi diretora-executiva do Banco Mundial entre janeiro de 2017 e setembro de 2019, período em que chegou a ser presidente interina da instituição por três meses. De 2014 a 2016, Georgieva foi vice-presidente de Orçamento e Recursos Humanos para Comissão Europeia. A seguir, os principais trechos da entrevista, concedida na terça-feira.

Valor: Como a sra. avalia as perspectivas para a economia global em 2024? A **inflação** voltará às metas sem uma recessão? Em outras palavras, os bancos centrais conseguirão criar um pouso suave?

Kristalina Georgieva: O que vemos é uma notável resiliência na economia mundial, apesar das altas taxas de juros. A demanda continua forte. Os mercados de trabalho estão bastante apertados. E isso se traduz em uma expectativa de que, de fato, um pouso suave ocorrerá neste ano. Mas temos que reconhecer que a luta contra a **inflação** não foi totalmente vencida em todos os lugares. Aqui no Brasil, vocês estão à frente. Vocês estavam à frente no combate à **inflação** por meio do aumento dos juros e estão à frente na capacidade de ver a **inflação** baixar a ponto de poder reduzir as taxas. No entanto, esse não é o caso em todos os lugares e, portanto, os bancos centrais precisam continuar a ser muito cautelosos quanto ao tempo de agir, guiados pelos dados - que são os seus melhores amigos. Em segundo lugar, embora o crescimento permaneça em território positivo e tenhamos aumentado ligeiramente nossas projeções para 2024, de 2,9% para 3,1%, também vemos um crescimento fraco ano após ano. E, com o crescimento permanecendo relativamente fraco, as perspectivas para o mundo enfrentar desafios muito dramáticos se tornaram mais difíceis, para investir na transição climática, para investir na transformação digital, ou seja, para investir nas pessoas, na educação, na saúde, na proteção social. Com isso, embora estejamos mais otimistas hoje do que há um ano, também estamos alertando as autoridades para que se guiem pelos dados e também para que se concentrem, neste ano melhor, em colocar a casa fiscal em ordem.

Valor: Como está a situação fiscal dos países

atualmente?

Georgieva: Nós empregamos a capacidade fiscal para combater a covid-19 e as consequências da guerra da Rússia na Ucrânia e para ajudar as famílias devido à pressão da **inflação**. Isso esgotou a capacidade fiscal em todos os lugares. Se houver um novo choque, temos que nos preparar, e isso significa mais atenção à reconstrução dos amortecedores fiscais.

Valor: Quais são os principais riscos para a economia global atualmente e o que as autoridades devem fazer para evitá-los?

Georgieva: Nos últimos anos, os principais riscos para a economia mundial foram exógenos - um choque exógeno da pandemia, um choque exógeno da guerra e, em vários países, consequências dramáticas de eventos climáticos. Isso se traduz na importância de desenvolver a resiliência a esses choques exógenos. É por isso que enfatizamos o aspecto fiscal. Em segundo lugar, fazendo investimentos de médio e longo prazo no contexto de como o mundo está mudando, ou seja, investindo, como o Brasil está fazendo, em transformação ecológica, investindo em capital humano, para que as pessoas sejam mais ágeis nesse novo mundo. E em terceiro lugar, trabalhando juntos. É por isso que o G20 é tão importante. A colaboração entre os países fortalece nossa capacidade de lidar com esses riscos. Além disso, o que aprendemos ao longo de muitas décadas é que, quando temos fundamentos macroeconômicos sólidos, estamos em uma posição melhor para lidar com o que quer que apareça em nosso caminho. O Brasil fez isso ao longo de muitos anos para construí-los - do lado da política monetária, um banco central independente, com forte capacidade de definir os objetivos da política monetária. No aspecto fiscal, vocês estão muito bem posicionados com um pacote de reformas do governo hoje. E, ao longo dos anos, muito tem sido feito. Mas é claro que o país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento e aproveitar as fontes de competitividade, entre as quais a energia verde abundante.

Valor: Quais são os outros riscos relevantes atualmente?

Georgieva: Quando analisamos os riscos atuais, nós ainda temos os riscos macroeconômicos tradicionais. A **inflação** pode não cair para as metas como esperado. Ainda podemos ver riscos no setor imobiliário - na China, o setor imobiliário tem dificuldades; em outros lugares, o segmento de imóveis comerciais, após a pandemia, enfrenta alguns problemas. Podemos ter outro grande conflito geopolítico que afete os preços de energia ou, de forma mais ampla, os das commodities.

Valor: O mundo está enfrentando atualmente duas guerras muito complexas. A sra. já alertou muitas vezes sobre a fragmentação geoeconômica. Qual é a sua preocupação com esse problema?

Georgieva: A guerra que a Rússia iniciou contra a Ucrânia e a guerra em Gaza têm implicações importantes. Em primeiro lugar, em ambos os casos, o impacto mais dramático está no epicentro, onde a guerra está ocorrendo. E o aspecto mais trágico disso é a perda de vidas e a enorme dor infligida a civis inocentes. Elas afetaram a economia mundial de forma diferente. A guerra iniciada pela Rússia teve um impacto global muito mais profundo, pois afetou os preços da energia e o fornecimento de alimentos, além de ter ocorrido enquanto as perturbações da covid nas cadeias de suprimentos ainda eram sentidas. O resultado da influência combinada das perturbações no lado da oferta pela covid e pela guerra levou à **inflação**, provocando uma crise de custo de vida em todo o mundo. Falando sobre o impacto da guerra sobre a Ucrânia, é notável que, com base na determinação e no compromisso de seu povo com boas políticas e apoio internacional, o país esteja com um desempenho muito bom. No ano passado, a Ucrânia cresceu 5% e reduziu a **inflação** de 27% para menos de 5%. Já em Gaza a economia sofreu uma contração de 80%, sendo praticamente destruída, enquanto a economia da Cisjordânia encolheu mais de 22%. As economias do Egito, da Jordânia e do Líbano também foram afetadas. Israel sentiu o fato de que 8% da força de trabalho está no Exército, e a mão de obra que costumava vir da Cisjordânia não vem mais.

Valor: E como isso afeta a economia global?

Georgieva: O impacto global é muito mais limitado. Ele ocorre por meio de dois canais. O primeiro é o impacto no tráfego do mar Vermelho e do canal de Suez. Ele caiu 55%, o que levou a um redirecionamento do tráfego em torno dele. Essa é uma viagem de 2.200 milhas. É claro que isso afeta o custo, bem como os custos de seguro. Mas isso ainda não está se traduzindo em grandes transtornos para a economia mundial. No caso da guerra de Gaza, como em qualquer outra guerra, o segundo canal de impacto é a incerteza. Mas, mais fundamentalmente, a pergunta que você fez é sobre fragmentação. Essas guerras não são a única razão para esse fenômeno, mas elas contribuem para o que tem sido um mundo mais isolacionista, com mais protecionismo na forma como os economistas pensam em se posicionar num cenário global, com mais riscos do lado da oferta. Nós temos que aceitar que tanto a covid quanto a guerra na Ucrânia nos ensinaram uma lição, a de que alguma redundância nas cadeias de suprimentos é uma necessidade e que a segurança da oferta é

extremamente importante para o desempenho econômico. Parte dessa fragmentação veio para ficar, devido ao reconhecimento de que os países precisam se preocupar com a segurança do fornecimento, mas ela não precisa chegar a um ponto em que os custos para a economia mundial cresçam exponencialmente.

Valor: Até que ponto a fragmentação poderia afetar o **PIB** global?

Georgieva: Nós fizemos uma projeção sobre o impacto da fragmentação no comércio, separando blocos que comercializam entre si. E se isso for levado ao extremo, sem prestar atenção ao lado negativo e ao custo, pode tirar 7% do **PIB** mundial. É como se tirássemos três vezes a África subsaariana da economia mundial, ou tirássemos a Alemanha e o Japão. É um impacto muito dramático. Então, podemos ser pragmáticos e continuar a construir relações econômicas racionais? Sim. E vemos alguns sinais de que agora há um maior reconhecimento da necessidade de cooperação econômica. Acabamos de receber notícias da OMC de que há um acordo sobre o comércio de serviços. É uma notícia muito positiva. Todos nós estamos aqui em São Paulo para falar sobre a economia, comparar notas e, esperamos, fazer melhor para as pessoas em todos os lugares. Além disso, as duas maiores economias, a China e os EUA, têm mantido alguns diálogos econômicos que também são úteis. Sim, estamos preocupados com a fragmentação, mas também vemos sinais de que há um reconhecimento de uma abordagem mais pragmática.

Valor: Como a sra. vê as perspectivas para a economia brasileira? Nos últimos três anos, o crescimento do Brasil surpreendeu para cima, mas os números não são impressionantes. O que o Brasil deve fazer para crescer a taxas mais altas de modo sustentado?

Georgieva: O Brasil tem sido uma boa notícia para a economia mundial, porque superou as projeções, inclusive as nossas, nos últimos anos. Fico muito satisfeita com isso. Mas, assim como o resto do mundo - que está crescendo a 3% -, isso não é suficiente. Historicamente, o crescimento global nas décadas anteriores à pandemia foi, em média, de 3,8%. Desse modo, 3% para o Brasil, agora provavelmente abaixo de 2%, em 2024, não é suficiente para a ambição e o potencial do Brasil. Então, o que pode ser feito? Primeiro, o Brasil está realmente fazendo muito para melhorar sua perspectiva de crescimento. No aspecto fiscal, há um pacote muito determinado de reformas. A reforma do imposto sobre o valor agregado [a **reforma tributária**, aprovada no fim de 2023], que vai melhorar a perspectiva de crescimento potencial ao longo do

tempo. A reforma de como o dinheiro público é usado para estimular mais investimentos privados, especialmente por meio de garantias sobre o risco cambial, além de uma revisão muito importante dos gastos. Desse modo, a qualidade do gasto público pode melhorar.

Valor: Como a sra. vê as perspectivas do Brasil em relação à economia verde?

Georgieva: O Brasil tem uma enorme vantagem comparativa na nova economia climática e está posicionado para uma transformação ecológica que pode criar novas oportunidades industriais. O país é uma potência em energia renovável, o que significa que, em um mundo que está se esforçando para tomar as indústrias verdes, ele pode ser um polo muito atraente. O Brasil também tem, é claro, uma enorme riqueza de biodiversidade. O conceito de usar créditos de carbono para estimular a transformação já está bastante desenvolvido. No aspecto financeiro, a inclusão baseada na inovação digital é incrivelmente impressionante aqui no Brasil -85% da população usa o Pix. Tudo isso mostra o potencial digital. Seria importante usar ainda mais o fato de que vocês têm acesso à internet muito acima da média para desenvolver a economia digital, além de combinar energia renovável com investimento em habilidades e talentos humanos. Com isso, é possível tirar proveito da inteligência artificial, porque ela será impulsionada por energia e dados baratos e, é claro, por pessoas qualificadas. Acho também que um aspecto da política que pode ser um grande fator de sucesso no Brasil é o foco na desigualdade. O que nossa pesquisa mostra é que as sociedades mais inclusivas, que promovem a igualdade, têm mais confiança entre as pessoas, nas comunidades e em relação aos tomadores de decisão. A construção de uma sociedade mais inclusiva pode tornar o tecido social do Brasil muito mais forte.

Valor: As contas públicas são geralmente vistas como o calcanhar de Aquiles do Brasil. O novo arcabouço parece ter reduzido os riscos mais extremos e imediatos, mas ainda há incertezas no front fiscal. Até que ponto elas colocam a economia brasileira em risco?

Georgieva: Os passos tomados são de fato muito promissores, porque reduziram o teto artificial imposto sobre como os gastos públicos podem ser feitos, passando para um intervalo e definindo uma meta para o déficit fiscal. Para este ano, a meta é zero e, até 2026, o objetivo é chegar a um superávit de 1 % do **PIB**. Tudo isso fornece uma estrutura para os tomadores de decisão que é de fato melhor. Mas eu gostaria de enfatizar que, no front fiscal, as tarefas mais importantes que temos pela frente são, em primeiro lugar, garantir que a arrecadação seja justa,

que as brechas sejam fechadas e que a tributação distribua o peso das receitas de forma justa por toda a sociedade. Em segundo lugar, a maneira como o dinheiro público é usado, e isso é realmente fundamental. Ele precisa ser usado mais do que no passado para abrir oportunidades de investimento privado, porque, em última análise, é isso que impulsiona as economias. Na verdade, o Brasil é único na América Latina pelo nível relativamente alto de receitas públicas em relação ao **PIB**, o que permite que um país muito grande busque objetivos sociais e econômicos. Mas, por outro lado, esse dinheiro público não deve vir à custa do desempenho do setor privado, e é por isso que destaco o uso de garantias para riscos cambiais, com o dinheiro público usado para reduzir esses riscos e aumentar o investimento privado no Brasil. Em terceiro lugar, como fazer com que o talento das pessoas seja mais utilizado. Em outras palavras, como mover a proteção social de ajudar as pessoas para ajudar as pessoas a se ajudarem. Não tenho dúvidas de que veremos passos muito bons nessa direção. O Brasil é o berço do Bolsa Família, um programa que provou ser absolutamente fundamental em um momento de choque, de crise. Muitos países copiaram o Bolsa Família. Ele tem essa importância também em termos de famílias que não apenas satisfazem suas necessidades, mas que têm filhos indo à escola, esse impacto positivo. E posso ver uma próxima geração desse tipo de programa mais voltada para a criação de oportunidades para que as pessoas sejam mais empreendedoras, mais flexíveis no mercado de trabalho. Fizemos a pesquisa no FMI sobre o impacto da inteligência artificial nos mercados de trabalho, e ela é realmente impressionante. Ela diz que, globalmente, nos próximos anos, 40% dos empregos serão afetados. Alguns serão aprimorados, outros serão alterados e outros desaparecerão. E a chave é como as pessoas estão sendo ajudadas nesse mundo de empregos que mudam rapidamente, como elas aprendem a aprender, em vez de aprender a fazer uma coisa específica, e como evitar o risco de que a inteligência artificial, em vez de ser um grande impulso de produtividade, que é o que todos nós esperamos, se transforme em um grande impulso da desigualdade dentro dos países e entre eles.

"O país pode fazer mais, especialmente para atrair capital para investimento"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1&section=1)**

# Renda domiciliar per capita tem aumento de 16,5% em 2023

A renda média por morador nos lares brasileiros chegou a R\$ 1.893 no ano passado, um aumento de 16,49% na comparação com 2022, quando era de R\$ 1.625. O valor considera rendimentos do trabalho e de outras fontes, como aposentadorias, pensões, auxílios do governo e até mesmo aluguéis.

A geração de empregos, sobretudo formais, e benefícios sociais impactaram o resultado.

-O que explica esse rendimento mais forte é um misto de um mercado de trabalho mais aquecido do que se esperava, o que favorece o trabalhador a ganhar mais, e um aumento dos programas de transferência de renda -disse o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Ibre/FGV, ao Jornal Nacional.

Apesar do aumento, o rendimento per capita nacional esconde desigualdades entre as diferentes unidades da federação: enquanto os moradores do Distrito Federal recebem R\$ 3.357, aqueles que vivem no Maranhão ganham apenas R\$ 945, em média (veja ao lado o resultado de cada estado).

A renda domiciliar per capita é calculada dividindo o total dos rendimentos domiciliares (nominais, sem descontar a **inflação**) pelo total dos moradores de cada unidade da federação.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE servem para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Renda familiar per capita no país chega a R\$ 1.893 em 2023; DF lidera

**Lucianne Carneiro**

O IBGE divulgou a nova renda domiciliar per capita no Brasil, que foi de R\$ 1.893 em 2023. O Distrito Federal manteve a liderança no ranking dos Estados, com R\$ 3.357, enquanto na outra ponta, mais uma vez, a menor renda foi registrada no Maranhão, de apenas R\$ 945. No Distrito Federal, o valor reflete os salários da burocracia pública federal, diante da elevada proporção de servidores por causa de Brasília.

No Estado de São Paulo, a renda per capita nominal foi de R\$ 2.492 em 2023, a segunda maior do país. No Estado do Rio, era de R\$ 2.367. Em Minas Gerais, por sua vez, a renda foi de R\$ 1.918, segundo o IBGE.

Das 27 unidades da federação, sete têm renda menor que R\$ 1.200 por mês. A renda familiar per capita do Distrito Federal corresponde, portanto, a mais de três vezes o valor daquela observada no Maranhão.

O valor da renda domiciliar per capita considera o rendimento de todas as fontes, ou seja, entra não só o que as famílias recebem a partir do seu trabalho, mas também de pagamento de aluguéis e rendimentos, aposentadorias e pensões, programas sociais e até pensão alimentícia e doações ou mesadas de pessoas que não moram na mesma casa.

Para chegar aos valores, o instituto soma o rendimento do trabalho e dessas outras fontes de renda recebidas pelos moradores de cada domicílio.

O resultado, então, é dividido pelo número de moradores da residência. Neste caso, o IBGE não divulga valores corrigidos pela **inflação** para fins de comparação com anos anteriores.

O indicador é diferente do chamado Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita. Enquanto a renda familiar per capita considera, como o nome diz, apenas a renda das famílias, o **PIB** per capita é calculado a partir do valor do **PIB** dividido pelo número de habitantes no país. O montante inclui, portanto, a geração de riqueza a partir de diferentes setores da economia - agropecuária, indústria, serviços, governo e investimentos, por exemplo.

Todo ano, o IBGE envia as estatísticas da renda domiciliar per capita para o Tribunal de Contas da

União (TCU), com o objetivo de cumprir a exigência da Lei Complementar 143/2013. Esses dados são usados para rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1&section=1>

# IVA deve ser regulamentado até o fim do ano, diz relator

**Raphael Di Cunto**

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) defendeu nessa quarta-feira que a regulamentação do novo Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) aprovado na proposta precisa ocorrer até dezembro. "A instituição do IVA nós precisamos vencer este ano. Não é discussão política, é técnica", afirmou. "É temerário a gente não cumprir este calendário."

O essencial, afirmou, é que pelo menos a criação do IVA ocorra até dezembro. A emenda constitucional determina que, a partir de 2025, seja cobrada uma "alíquota teste" de 0,1% do IVA federal. "Está previsto na emenda constitucional, mas tenho que criar o imposto. Não a alíquota necessariamente, mas a instituição do imposto. Até porque tem toda a parte de regramento e série de repercussões que têm que estar definidas", disse.

Segundo Ribeiro, o que pode ficar para 2025 dependerá da estratégia do governo para envio dos projetos de regulamentação. Ele disse que o Executivo não decidiu ainda quantos projetos serão enviados e que conversou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quinta-feira para sugerir que a proposta seja estruturada de "forma racional".

"Não dá para mandar num formato que talvez você [Executivo] demore mais para enviar e, quando chegar na Câmara, já estará tudo parado por causa do período eleitoral", destacou. Haverá o período da janela partidária para filiações em março e, entre julho e outubro, as convenções e campanhas das eleições municipais.

Outro problema é que haverá troca de prefeitos. Os que entrarem em janeiro poderão querer rediscutir os acordos costurados agora com os atuais mandatários. "Talvez [a aprovação da lei] do comitê gestor [do IBS] pudesse ficar para 2025, mas aí talvez os Estados não se sintam seguros em deixar para regulamentar depois", disse Ribeiro, ao participar de reunião com a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

O governo criou grupos de trabalho para discutir os pontos da regulamentação, que depois serão sistematizados e enviados ao Congresso. A

expectativa é que esse trabalho seja concluído até o fim de março.

O deputado disse que considerou incorreto que a proposta de emenda constitucional (PEC) tenha determinado que o governo terá 90 dias para enviara reforma dos **tributos** sobre a renda e patrimônio e 180 dias para mandar a regulamentação do IVA, prazos estabelecidos pelo Senado. "Deveria ser o inverso", afirmou.

Ele contou que queria alterar isso, mas não pôde fazer porque a mudança faria com que a proposta voltasse para o Senado e gerasse insegurança jurídica. "Mas eu conversei com o Haddad, com o presidente [da Câmara] Arthur [Lira] e com o presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco para defender que seja o contrário e que a regulamentação venha antes", disse.

Ribeiro declarou que não espera "surpresas" nos projetos de regulamentação em relação ao que foi combinado entre o governo e o Congresso. "Não dá para aquilo que foi constituído ser desrespeitado na última instância", disse. "Sei que há uma apreensão muito grande [do setor privado], mas não acredito que venha nada muito diferente do que já discutimos", afirmou.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1&section=1>

# Haddad propõe taxar super-ricos do mundo

»»*Rafaela Gonçalves*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs, ontem, que o grupo que concentra as maiores economias do mundo tribute as grandes fortunas. Em discurso na abertura da 1ª reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20, o chefe da equipe econômica brasileira, anfitrião do encontro, defendeu a união do grupo financeiro do fórum internacional na busca de uma taxa global mínima sobre a riqueza.

"Reconhecendo os avanços obtidos na última década, precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em **impostos**", destacou o ministro, que participa do encontro de maneira virtual, após ser diagnosticado com covid-19. Segundo ele, além de buscar avançar nas negociações em andamento na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e na Organização das Nações Unidas (ONU), um modelo de tributação progressiva poderá constituir um "terceiro pilar da cooperação tributária internacional".

Internamente, a taxa dos "super-ricos" é um tema defendido por Haddad desde o ano passado. Neste sentido, o Congresso Nacional aprovou a taxa dos fundos exclusivos e de investimentos offshores (no exterior).

A proposta do chefe da Fazenda, agora, é de um esforço conjunto para avançar na pauta globalmente.

No início de sua fala, Haddad fez uma análise sobre a globalização, que apontou como grande causadora do acúmulo de riquezas entre um grupo seletivo da população, enquanto a maioria encara o aumento da pobreza: "Chegamos a uma situação insustentável, em que o 1% mais rico detém 43% dos ativos financeiros mundiais e emite a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade." Segundo ele, houve uma "confusão" da integração econômica global com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação financeira e a livre circulação de capitais. Desse modo, afirmou que "não há ganhadores" na atual crise da globalização, "embora os países mais pobres paguem um preço proporcionalmente mais alto".

"É hora de redefinirmos a globalização.

Precisamos criar incentivos para que os fluxos

internacionais de capital sejam eficientemente direcionados para as melhores oportunidades, definidas não mais em termos de lucratividade imediata, mas, sim, de acordo com critérios sociais e ambientais", emendou.

Desigualdade Com foco no combate à desigualdade, o ministro mencionou duas forças-tarefa propostas pelo governo Lula para o G20 em 2024, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global Contra a Mudança do Clima, e alertou os líderes mundiais sobre uma conjuntura desafiadora.

"Precisamos entender a mudança climática e a pobreza como desafios verdadeiramente globais, a serem enfrentados por meio de uma nova globalização sócioambiental." Nesse contexto, Haddad vê os países menos desenvolvidos economicamente mais prejudicados pelos prejuízos causados pelas mudanças no clima mundial. "A crise climática ganhou força, tornando-se uma verdadeira emergência. Países mais pobres devem arcar com custos ambientais e econômicos crescentes, ao mesmo tempo que veem suas exportações ameaçadas por uma crescente onda protecionista", ressaltou.

Multinacionais na mira A tributação de grandes corporações também está na mira do G20 e é uma das regulações já discutidas por organismos internacionais. O comissário de Economia da União Europeia, Paolo Gentiloni, cobrou que os membros do grupo implantem um imposto mínimo de 15% sobre os lucros de multinacionais.

"A implementação do primeiro pilar deste acordo de 2021, sobre a redistribuição dos direitos de taxa para as maiores multinacionais, exige a assinatura de uma convenção multilateral, e o G20 deve lançar um claro apelo a fim de que isso ocorra até junho deste ano", disse, ontem, à agência italiana ANSA (Agenzia Nazionale Stampa Associata). Gentiloni afirmou ainda que a prioridade da presidência brasileira em combater as desigualdades globais também é compartilhada pela UE.

Em entrevista após o primeiro dia da reunião, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, explicou como deve funcionar esse novo modelo de tributação progressiva. Segundo ele, será uma forma de financiar, por exemplo, o combate às mudanças climáticas. "O consenso é que o mundo vai precisar se financiar das mais diversas formas.

A proposta que a gente vem trabalhando no Brasil, que é acabar com os privilégios, retomar, e corrigir algumas distorções da legislação, nós estamos levando pro âmbito global, que tem que começar de uma maneira simplificada."

"Reconhecendo os avanços obtidos na última década, precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em **impostos**"  
Fernando Haddad, ministro da Fazenda

# Haddad defende taxaço global mínima sobre a riqueza mundial

**RAFAELAGONÇALVES**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que pretende discutir uma taxaço global mínima sobre a riqueza durante o G20. Ele discursou na abertura da 1- reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, que ocorreu ontem e prossegue hoje em São Paulo. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, também discursou. Haddad participou do evento de maneira virtual, após ser diagnosticado com COVID-19, e disse que uma tributação mínima global sobre a riqueza "poderá constituir o terceiro pilar para a cooperação tributária internacional".

Fernando Haddad alertou os líderes mundiais sobre uma conjuntura desafiadora e apontou a necessidade de pautas como desigualdade e clima serem tratadas como problemas globais. "Precisamos entender a mudança climática e a pobreza como desafios verdadeiramente globais, a serem enfrentados por meio de uma nova globalização socioambiental", destacou o ministro.

Haddad apontou a globalização como grande causadora do acúmulo de riquezas entre um grupo seleto, enquanto a grande maioria encara o aumento da pobreza. "Chegamos a uma situação insustentável, em que o 1% mais rico detém 43% dos ativos financeiros mundiais e emite a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade", enfatizou.

"É hora de redefinirmos a globalização. Precisamos criar incentivos para que os fluxos internacionais de capital sejam eficientemente direcionados para as melhores oportunidades, definidas não mais em termos de lucratividade imediata, mas sim de acordo com critérios sociais e ambientais", emendou.

Segundo o ministro, a integração econômica global "se confundiu com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação financeira e a livre circulação de capitais". "Não há ganhadores na atual crise da globalização." O G20 reúne as principais economias do mundo,

além da União Europeia e da União Africana. O Brasil comanda o grupo desde dezembro do ano passado - a

presidência brasileira se encerra em novembro deste ano, com a cúpula de chefes de Estado, no Rio de Janeiro.

tributação progressiva

O chefe da equipe econômica mencionou duas forças-tarefa propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o G20 em

2024, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global Contra a Mudança do Clima. Haddad também citou os demais temas que devem ser tratados ao longo dos dois dias do encontro e apontou a tributação internacional progressiva como uma das soluções para resolver o problema da desigualdade.

"Reconhecendo os avanços obtidos na última década, precisamos admitir que ainda precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em **impostos**", disse o ministro, que afirmou que uma tributação mínima global sobre a riqueza poderá constituir um "terceiro pilar" para a cooperação tributária internacional.

"Ainda temos muito a avançar, mas tenho a satisfação de dizer que o Brasil está novamente em posição de oferecer uma agenda econômica para a comunidade internacional. Queremos compartilhar nossas experiências, aprender com as experiências de outros países e somar esforços para criar um mundo justo e um planeta sustentável", finalizou.

**PRIORIDADES**

Com prioridade ao combate à fome e à desigualdade, o **comunicado** conjunto da reunião dos ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais do fórum de cooperação internacional do G20 deve ser mais curto que o usual. A informação foi dada pela secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixadora Tatiana Rosito, anfitriã do encontro. Ela disse que o texto deve refletir as "prioridades brasileiras" - o país ocupa a presidência temporária do grupo, formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. O documento, tradicionalmente publicado ao fim de cada encontro, contém orientações para os debates que serão desenvolvidos neste ano, e deve

abordar considerações sobre economia global, riscos e oportunidades, além de prioridades para este ano.

"Reconhecendo os avanços obtidos na última década, precisamos admitir que ainda precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em **impostos**"

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Caçada aos super-ricos

**JULIANA CAUSIN. JOÃO SORIMA NETO E RENATO VASCONCELOS SÃO PAULO**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na abertura da reunião dos ministros das Finanças do G20, que começou ontem em São Paulo, que a pobreza e a desigualdade precisam ser enfrentadas como problemas globais e que os países ricos não podem dar as costas ao mundo e focar apenas em soluções nacionais.

O ministro defendeu, ainda, uma tributação mínima global sobre os mais ricos, como antecipara ao GLOBO no fim de semana. Haddad fez a abertura de forma remota por ter sido diagnosticado com Covid.

- Precisamos entender as mudanças climáticas e as pobrezaas como desafios globais a serem enfrentados. E hora de redefinirmos a globalização. Os temas que a presidência brasileira propôs para esta primeira reunião emergem do objetivo de construir uma nova globalização, centrada na cooperação internacional - afirmou Haddad.

## ALÍVIO NA DÍVIDA

O objetivo do país é promover três temas centrais no encontro: combate à fome, luta contra a pobreza e desigualdade; desenvolvimento sustentável; e reforma da governança global. Para isso, criaram-se duas forças-tarefas: a Aliança Global Contra Fome e a Pobreza e a Mobilização Global Contra a Mudança do Clima.

Haddad destacou que o não enfrentamento desses temas terá como consequência a ampliação das crises humanitárias e migratórias, e defendeu que haja uma "nova globalização socioambiental". O Brasil também quer um alívio no peso da dívida das nações menos desenvolvidas e o aumento da influência dos países emergentes em organizações como o FMI e o Banco Mundial.

O Brasil ocupa, pela primeira vez, a presidência rotativa do grupo das principais economias do planeta e mais a União Europeia e a União Africana. O G20 foi criado em 1999 após a crise financeira asiática e representa mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 75% do comércio mundial e dois terços da população global.

Haddad afirmou que há consciência que a conjuntura econômica global é desafiadora e que discursos sobre

globalização se alternam entre o otimismo desenfreado e a sua negação. Mas lembrou que o mundo chegou a uma situação em que o 1% mais rico detém 43% da riqueza planetária e é responsável por emitir a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres.

- Não há ganhadores na atual crise da globalização, embora os países mais pobres paguem preços mais altos. Nossa proposta é centrar a desigualdade como variável fundamental para análise de políticas econômicas- disse o ministro, lembrando que os países mais pobres têm as receitas comprometidas pelo serviço da dívida num cenário de juros pós-pandemia altos.

O ministro observou que atual reação contra a globalização pode ser atribuída a um tipo específico de globalização cujas limitações foram explicitadas pela crise financeira de 2008e que se baseava na flexibilização de mercados e das leis trabalhistas, na desregulamentação financeira e na livre circulação de capitais.

- Um complexo sistemas offshore foi estruturado para fornecer formas cada vez mais elaboradas de evasão tributária aos super-ricos -avaliou.

## INFLAÇÃO E CLIMA

A tributação internacional é outro assunto da pauta dos ministros num momento em que alguns países querem taxar grandes empresas e os mais ricos. O tema será central na reunião de hoje, diz Haddad.

-Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem suas justas contribuições em **impostos** -disse ele. -Acreditamos que uma tributação mínima global sobre a riqueza poderá constituir um terceiro pilar para a cooperação financeira internacional Também estão na agenda de discussões temas como **inflação**, mudança climática e a guerra entre Rússia e Ucrânia, além do conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas. Hoje, serão discutidas, ainda, as dívidas de países emergentes. Haddad acrescentou que o "endividamento crônico" deve ser enfrentado para que os países possam ter espaço fiscal para realizar a transição energética e o combate à fome.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também falou na abertura do encontro e reforçou o papel dos bancos centrais e das autoridades monetárias para abordar o problema da desigualdade

e da pobreza. Ele lembrou que o controle da **inflação** é uma forma de garantir mais bem-estar social para as camadas mais vulneráveis: -Há diversas evidências de que a **inflação** afeta negativamente os níveis de pobreza e atinge desproporcionalmente os mais vulneráveis (...) aprofundando as lacunas e desigualdades sociais -afirmou.

#### INCLUSÃO FINANCEIRA

Campos Neto acrescentou que os bancos centrais têm se mantido comprometidos a alcançar a estabilidade de preços depois da subida da **inflação** global na esteira de políticas monetárias expansionistas em razão da Covid-19. Ele ponderou, no entanto, que ainda há progressos a serem feitos na redução da **inflação**.

O presidente do BC reforçou a necessidade de o G20 avançar na agenda prioritária proposta pela presidência brasileira, com foco no combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável. Ele citou ainda o papel "crucial" da inclusão financeira "para crescimento econômico e avanços sociais".

Participam também do encontro os presidentes dos Bancos Centrais do G20, além da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, e a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva. Entre as ausências estão os ministros das Finanças de China, Índia, Rússia e Reino Unido.

"Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem suas justas contribuições em imposto"  
Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasil propõe taxar super-ricos, mas não vê consenso dentro do G20

**Marcelo Osakabe e Anais Fernandes**

Na abertura do encontro de ministro das finanças e presidentes de bancos centrais do G20, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu uma redefinição do modelo de globalização, o enfrentamento da pobreza e das mudanças climáticas enquanto problemas mundiais, e justiça tributária, por exemplo, com a criação de uma taxa mínima global para a riqueza. A expectativa do governo, porém, é que a taxa dos super-ricos não entre no **comunicado** final da reunião.

"Chegamos a uma situação insustentável", disse Haddad, citando que o 1% mais rico detém 43% dos ativos financeiros mundiais, mas emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade. Tudo isso gerou crises e, desde então, "o mundo tem lutado para redefinir os contornos de uma nova globalização."

Segundo Haddad, crises recentes como a global de 2008 mostraram os limites da globalização que se construía até então. "Não há ganhadores na atual crise da globalização", afirmou Haddad. Ele participou virtualmente do encontro, já que foi diagnosticado com covid-19 recentemente.

"Embora países mais pobres paguem preço proporcionalmente mais alto, seria ilusão pensar que países ricos podem dar as costas para o mundo e focar apenas soluções nacionais", disse.

"Precisamos entender a pobreza e as mudanças climáticas como desafios verdadeiramente globais."

Segundo Haddad, aproveitando a experiência anterior da Índia, a atual presidência brasileira do grupo assumiu o desafio de fazer um G20 inclusivo. Nesse sentido, o ministro citou a necessidade de avançar não só nos temas de reforma da governança global e combate à pobreza e à desigualdade, mas também em financiamento efetivo de um desenvolvimento sustentável, tributação justa e a questão do endividamento crônico de vários países.

No campo tributário, Haddad citou a proposta de uma tributação mínima global. Segundo ele, junto com o avanço de temas, por exemplo, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), a tributação mínima global sobre riqueza poderá constituir um terceiro pilar na cooperação tributação internacional.

"Precisamos fazer com que bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em **impostos**."

A proposta de um imposto único global para os mais ricos tem o apoio da França. Segundo o ministro francês das Finanças da França, Bruno Le Maire, o governo de Emmanuel Macron apoia e vai trabalhar pela implementação célere da proposta de taxa mínima global aos indivíduos mais ricos.

"Estamos completamente comprometidos em acelerar o processo de adoção dessa medida, para lutar contra qualquer tipo de planejamento tributário no mundo", afirmou a jornalista.

Segundo Le Maire, este é o terceiro pilar de um novo sistema tributário internacional, que também envolve a taxa justa de ativos não físicos e o imposto mínimo global sobre grandes empresas multinacionais.

"Estou muito contente em ver que temos feito muito progresso nesse sentido, de um sistema mais eficiente e justo", disse. Apenas na França, o imposto mínimo corporativo deve trazer uma arrecadação adicional extra de 1,5 bilhão por ano a partir de 2025, exemplificou.

Apesar do apoio francês e da promessa do aval de outros países, o governo brasileiro afirma não ter a expectativa que a proposta entre fechada no **comunicado** final do encontro.

"O **comunicado** tem sido trabalhado", afirmou Durigan. "A gente sabe que o mundo vive um momento geopolítico tenso. Do nosso ponto de vista, presidindo a trilha financeira, nos importa fazer um foco no que é importante para a economia", disse, acrescentando que há um consenso, por exemplo, em torno das discussões a respeito da desigualdade e da transformação ecológica.

"O **comunicado** nasce desse consenso econômico. A gente procura evitar outras discussões que não agregam para a evolução econômica. E esse é um tema [taxação mínima de riquezas] que, a princípio, não entraria no **comunicado**", afirmou, acrescentando

que o **comunicado** vem sendo construído "de maneira simples e direta" nos últimos dias com os países e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou agora, formalmente, a proposta do Brasil.

Segundo Durigan, o governo não tem uma alíquota para apresentar na sua proposta de criação de um terceiro pilar na taxação internacional que dê conta de uma tributação mínima global para as riquezas. "É um conceito. A dinâmica nos fóruns internacionais demanda um tempo maior. É preciso galvanizar o apoio na ideia, no conceito, e, a partir daí, fazer estudos, estudo de impacto, para ver o que é possível ser aceito politicamente."

Durigan disse ser consenso que o mundo vai precisar se financiar de variadas formas, mas afirmou também que "o G20 é um fórum complexo".

"A gente tem diversas perspectivas, países com diversos interesses, a gente sabe disso, mas a gente não pode se furtar a propor um instrumento. O mundo vai viver essa necessidade, viveu na pandemia, pode viver outras. A gente tem visto as mudanças climáticas, que vão nos impor mecanismos de reação de resposta e o mundo precisa se coordenar."

Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, a iniciativa do Brasil de propor, no G20, um patamar mínimo global de tributação sobre grandes fortunas é um avanço na agenda da OCDE para lidar com a evasão tributária de grandes multinacionais.

"Neste momento, estão sendo construídos e viabilizados os pilares 1 e 2 da OCDE, um patamar mínimo de tributação sobre lucro das grandes empresas. O que o Brasil traz ao debate é um terceiro pilar, sobre a riqueza de famílias e pessoas. Como observamos, nas últimas décadas, existe concentração crescente da riqueza na mão de poucas pessoas, dos super ricos em nível global."

Os temas que o Brasil escolheu para sua presidência no G20, segundo Haddad, emergem exatamente do objetivo de construir uma nova globalização. O Brasil propôs forças-tarefa, por exemplo, sobre clima, fome e pobreza.

Segundo o ministro, a conjuntura econômica global é desafiadora, a crise climática é "uma verdadeira emergência" e o mundo tem lutado para redefinir uma nova globalização, que precisará ser "socioambiental".

"Temos consciência de que a conjuntura econômica global é desafiadora", afirmou.

Nas últimas três décadas, disse Haddad, os discursos

sobre a globalização oscilaram entre o otimismo desenfreado e a sua completa negação. Até a crise financeira global de 2008, "a integração econômica global se confundiu com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação financeira e a livre circulação de capitais", afirmou.

Ao mesmo tempo, "a crise climática ganhou força, tornando-se uma verdadeira emergência."

"Os países mais pobres devem arcar com custos ambientais e econômicos crescentes, ao mesmo tempo que veem suas exportações ameaçadas por uma crescente onda protecionista, bem como uma parcela significativa das suas receitas comprometidas pelo serviço da dívida, em um cenário de juros elevados pós-pandemia."

Segundo Haddad, é preciso entender a mudança climática e a pobreza "como desafios verdadeiramente globais, a serem enfrentados por meio de uma nova globalização sócio-ambiental".

Para ele, é preciso criar incentivos para que os fluxos internacionais de capital "sejam eficientemente direcionados para as melhores oportunidades, definidas não mais em termos de lucratividade imediata, mas sim de acordo com critérios sociais e ambientais", afirmou.

"É hora de redefinirmos a globalização", vaticinou.

O G20, defendeu Haddad, é o fórum em que efetivamente os países podem coordenar suas políticas econômicas, "para que nossos esforços se multipliquem", disse.

"Não há ganhadores na atual crise da globalização"  
Fernando Haddad

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187802?page=1&section=1>

# "Bilionários precisam pagar mais impostos"

SÃO PAULO

"Os bilionários precisam pagar mais **impostos**".

Esta foi a mensagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na abertura da primeira reunião financeira do G20 realizada em São Paulo.

"Precisamos admitir que ainda precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem sua justa contribuição em **impostos**", concluiu o ministro, que foi diagnosticado com covid e participou do evento virtualmente.

Segundo Haddad, o objetivo é avançar com a pauta da mudança da tributação para tentar reduzir a desigualdade. Para isso, no entanto, ele quer discutir a tributação progressiva da renda e do patrimônio. Estas pautas o ministro também tenta avançar na agenda doméstica.

"Chegamos a uma situação insustentável, em que os 1% mais ricos detêm 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade", disse, ao citar que a desigualdade não é apenas de renda, mas também no consumo.

O ministro afirmou, ainda, que houve uma "confusão" da integração econômica global com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas e a desregulamentação financeira.

"As crises econômicas resultantes causaram grandes perdas socioeconômicas. Enquanto a "hiperfinanceirização" prosseguiu em ritmo acelerado, um complexo sistema (...) foi estruturado para oferecer formas cada vez mais elaboradas de evasão tributária aos super-ricos", disse.

O G20 reúne as principais economias do mundo, além da União Europeia e da União Africana. O Brasil comanda o grupo desde dezembro de 2023. No entanto, a Presidência brasileira se encerra em novembro deste ano, quando será realizada a cúpula de chefes de Estado, no Rio de Janeiro.

"Precisamos fazer ainda com que os bilionários do mundo paguem sua justa contribuição e seus **impostos**"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

HADDAD, no G20, afirma que os super-ricos devem pagar taxas mais altas para reduzir desigualdades sociais

ANÁLISE

Samir Nemer,

advogado tributarista

"Ter mais **impostos** até ajuda. Mas cadê o corte de gastos?"

A proposta de taxar os super-ricos, feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no encontro de ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais dos países membros do G20, chama atenção ao defender a criação de uma taxa mínima global para a riqueza.

A sugestão pode contribuir na solução de problemas como a pobreza e desigualdade social em muitos países, com a intenção de tentar equilibrar a distribuição de recursos e garantir que todos contribuam de acordo com a sua capacidade financeira.

O pagamento de mais **impostos** por parte de bilionários pode também estimular a responsabilidade social, já que essas pessoas têm a possibilidade de fazer a diferença em questões sociais e ambientais.

Além disso, ter mais **impostos** vai ajudar a investir em serviços públicos, como saúde, educação e segurança, e reduzir também o déficit fiscal do País.

Porém, o que não foi abordado é o corte de gastos que pode ser feito por muitos países, em busca de recursos a serem investidos em áreas importantes, como no enfrentamento à desigualdade social.

Isso pode ser feito com medidas como a revisão de despesas não essenciais e de benefícios a servidores, além de procurar sempre melhorar a eficiência administrativa.

# Taxar super-ricos tem apoio de países europeus

AGÊNCIA BRASIL

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a proposta de taxação dos super-ricos, apresentada ontem pelo Brasil ao G20, ainda deverá ser estudada, mas já conta com apoio de alguns países europeus.

"Esse debate deve frutificar e gerar diálogos", disse. "Claro que pode ter uma reação [contrária], mas pelo que a gente já conversou nas bilaterais, os países euro-

peus já nos apoiam em linhas gerais com essa proposta", acrescentou.

Na abertura da 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20 no Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs que as nações de todo o mundo se unam para taxar as grandes fortunas. "Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em impostos", afirmou Haddad.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_A B54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFC CB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633 CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6C A6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0 ED09E64229FF58AC9583395](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_A B54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFC CB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633 CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6C A6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0 ED09E64229FF58AC9583395)

# Haddad propõe taxar fortunas em reunião

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs ontem que os países de todo o mundo se unam para taxar as grandes fortunas.

"Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em **impostos**. Além de buscar avançar as negociações em andamento na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e ONU [Organização das Nações Unidas], acreditamos que uma tributação mínima global sobre a riqueza poderá constituir um terceiro pilar da cooperação tributária internacional", defendeu.

Haddad abriu a 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20. O ministro, que deveria presidir os trabalhos, fez seu discurso por transmissão de vídeo. No fim de semana, ele foi diagnosticado com Covid-19.

O enfrentamento à desigualdade e às mudanças climáticas foram apontados por Haddad como os principais desafios a serem enfrentados de forma conjunta pelos países que compõem o grupo das 20 maiores economias do planeta. "Precisamos entender a mudança climática e a pobreza como desafios verdadeiramente globais, a serem enfrentados por meio de uma nova globalização socioambiental", enfatizou.

Para o ministro, a desigualdade social deve estar no centro das análises e dos planejamentos econômicos.

"Acreditamos que a desigualdade não deve ser apenas tratada como uma preocupação social, um mero corolário da política econômica.

A nossa política é centrar a desigualdade como uma variável fundamental para análise de políticas econômicas.

Queremos desenvolver as ferramentas analíticas mais adequadas para isso", disse.

O abismo que separa os super-ricos das populações mais pobres está relacionado, segundo o ministro, também à questão climática. "Chegamos a uma situação insustentável em que o 1% mais rico detém 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade".

Nesse contexto, Haddad vê os países menos

desenvolvidos economicamente mais prejudicados pelos prejuízos causados pelas mudanças no clima mundial. "A crise climática ganhou força, tornando-se uma verdadeira emergência.

Países mais pobres devem arcar com custos ambientais e econômicos crescentes, ao mesmo tempo que veem suas exportações ameaçadas por uma crescente onda protecionista", ressaltou.

Globalização - O ministro pediu que seja feito um novo entendimento sobre globalização e cooperação internacional, diferente do que ocorreu nas décadas anteriores e vem sendo rejeitado por diversas populações em todo o mundo.

"A atual reação à globalização pode ser atribuída ao tipo específico de globalização que prevaleceu até a crise financeira de 2008. Até então, a integração econômica global se confundiu com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação financeira e a livre circulação de capitais. As crises financeiras resultantes causaram grandes perdas socioeconômicas".(

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-29-02-2024/>

# Haddad quer união internacional para taxar super-ricos

## **Agência Brasil**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs nesta quarta-feira (28) que os países de todo o mundo se unam para taxar as grandes fortunas. "Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em impostos. Além de buscar avançar as negociações em andamento na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e ONU [Organização das Nações Unidas], acreditamos que uma tributação mínima global sobre a riqueza poderá constituir um terceiro pilar da cooperação tributária internacional", defendeu.

Haddad abriu a 1a Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20. O ministro, que deveria presidir os trabalhos, fez seu discurso por transmissão de vídeo. No fim de semana, ele foi diagnosticado com covid-19.

Desigualdade - O enfrentamento à desigualdade e às mudanças climáticas foram apontados por Haddad como os principais desafios a serem enfrentados de forma conjunta pelos países que compõem o grupo das 20 maiores economias do planeta. "Precisamos entender a mudança climática e a pobreza como desafios verdadeiramente globais, a serem enfrentados por meio de uma nova globalização socioambiental", enfatizou.

Para o ministro, a desigualdade social deve estar no centro das análises e dos planejamentos econômicos. "Acreditamos que a desigualdade não deve ser apenas tratada como uma preocupação social, um mero corolário da política econômica.

A nossa política é centrar a desigualdade como uma variável fundamental para análise de políticas econômicas. Queremos desenvolver as ferramentas analíticas mais adequadas para isso", disse.

O abismo que separa os super-ricos das populações mais pobres está relacionado, segundo o ministro, também à questão climática. "Chegamos a uma situação insustentável em que o 1% mais rico detém 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade".

Nesse contexto, Haddad vê os países menos

desenvolvidos economicamente mais prejudicados pelos prejuízos causados pelas mudanças no clima mundial. "A crise climática ganhou força, tornando-se uma verdadeira emergência. Países mais pobres devem arcar com custos ambientais e econômicos crescentes, ao mesmo tempo que veem suas exportações ameaçadas por uma crescente onda protecionista", ressaltou.

O ministro pediu que seja feito um novo entendimento sobre globalização e cooperação internacional, diferente do que ocorreu nas décadas anteriores e vem sendo rejeitado por diversas populações em todo o mundo. "A atual reação à globalização pode ser atribuída ao tipo específico de globalização que prevaleceu até a crise financeira de 2008. Até então, a integração econômica global se confundiu com a liberalização de mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação financeira e a livre circulação de capitais. As crises financeiras resultantes causaram grandes perdas socioeconômicas".

# Taxar super-ricos já tem apoio de países europeus no G20

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a proposta de taxação dos super-ricos, apresentada nesta quarta-feira (28) pelo Brasil ao G20, ainda deverá ser estudada, mas já conta com apoio de alguns países europeus.

"Esse debate, que nasce hoje, deve frutificar e gerar diálogos", disse. "Claro que pode ter uma reação [contrária], mas pelo que a gente já conversou nas bilaterais, os países europeus já nos apoiam em linhas gerais com essa proposta", acrescentou.

Na abertura da 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20 no Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propôs que as nações de todo o mundo se unam para taxar as grandes fortunas. "Precisamos fazer com que os bilionários do mundo paguem a sua justa contribuição em **impostos**. Além de buscar avançar as negociações em andamento na OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] e ONU [Organização das Nações Unidas], acreditamos que uma tributação mínima global sobre a riqueza poderá constituir um terceiro pilar da cooperação tributária internacional", defendeu.

Em um dos intervalos do evento, realizado no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, Durigan afirmou que a proposta do Brasil visa a eliminar privilégios e corrigir distorções. "O mundo precisa se coordenar. Um dos mecanismos, que nasce de um consenso, é que o mundo precisa se financiar. Existe esse diagnóstico", disse. "Temos que começar de uma maneira simplificada", destacou.

"Sabemos que é um momento geopolítico tenso. No nosso ponto de vista, presidindo a trilha financeira, nos importa fazer um foco no que é importante para a economia. E isso tem um consenso grande. A discussão da desigualdade foi toda refletida nos diálogos de hoje. A discussão da transformação ecológica: o mundo precisa disso. A transformação ecológica é a pauta de desenvolvimento. E o Brasil tem uma oportunidade única nesse momento", acrescentou.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/29-02-2024-edicao-247615/>

# 'País empurra com a barriga discussão de mudar a meta'

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Solange Srour - Graduada pela PUC do Rio de Janeiro, foi economista-chefe do Credit Suisse entre 2020 e 2023, quando ingressou no UBS

Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srour avalia que a sinalização de um Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) mais cauteloso na condução da política monetária pode exacerbar as fragilidades fiscais do Brasil nos próximos anos. O cenário do banco hoje é de que o BC norte-americano deve promover três cortes de 0,25 ponto nos juros este ano - o primeiro seria em junho.

Antes, a previsão era que o ciclo de afrouxamento monetário tivesse início em maio.

"Isso tem levado a uma pressão nas taxas de juros globais.

Então, afeta o Brasil e outros países", diz Solange.

Com um cenário mais desafiador nos EUA, a economista alerta para o fato de que o Brasil pode ficar mais vulnerável se não equacionar o rombo das contas públicas, com a manutenção das regras do arcabouço e sinalizações do cumprimento das metas de resultado primários propostas pela equipe econômica - em 2024, por exemplo, a promessa é zerar o rombo fiscal. "Eu acho que a gente está tentando empurrar com a barriga essa discussão para o meio do ano, para alterar a meta ou fazer um contingenciamento", afirma ela. "Se mudar a meta sem fazer contingenciamento algum e sem sinalizar nenhum tipo de controle de despesa, haverá um efeito de expectativas para pior nos próximos números de (déficit) primário e no crescimento da dívida." Veja a seguir os principais trechos da entrevista ao Estadão.

Como a sra. vê este começo de ano para a economia brasileira?

Estamos num ano em que se espera um ciclo de cortes de juros nas mais diversas economias, principalmente nas desenvolvidas.

E o que a gente está vendo nos EUA é muito relevante. É uma economia muito mais resiliente do

que a expectativa, com dados que colocam um viés positivo para o crescimento.

Ao mesmo tempo, a desinflação está mais desafiadora. Há uma parte de serviços nos EUA, que está mais resiliente também.

E junto com dados mais fortes de atividade, tem trazido preocupação ao Fed. Não uma preocupação no sentido de que os juros não vão cair, mas de saber se já é o momento de fazer o corte ou não.

E qual vai ser o impacto para o Brasil?

Vai depender muito do caminho até junho. Se continuarmos vendo esses dados mais fortes nos EUA, pode até ter uma reprecificação de menos cortes (nos EUA). Aí, como o próprio BC tem dito, vai depender do impacto que essa reprecificação de juros vai ter no câmbio e nas expectativas de **inflação**. Hoje, não vejo uma relação muito automática.

No Brasil, a economia está mais resiliente também. As projeções de **PIB** estão aumentando no Focus e temos um cenário de **inflação** mais tranquilo, mas também com essa parte de serviços, relacionada à demanda, mais pressionada.

E quando e quanto o Fed começa a cortar juros?

O call (projeção) é de um corte começando em junho. É um corte por trimestre. Então, são três cortes de 25 (pontos). É um pouco o que está implícito nas projeções do Fed. No final do ano, o mercado reagiu muito colocando o corte maior do que estava implícito no Fed, mas, agora, está mais ou menos parecido.

E qual vai ser o impacto para o Brasil?

Vai depender muito do caminho até junho. Se continuarmos vendo esses dados mais fortes nos Estados Unidos, pode até ter uma reprecificação de menos cortes. Isso só vai afetar a nossa política monetária, como o próprio BC tem dito, dependendo dos impactos que pode ter no câmbio e nas expectativas de **inflação**. Hoje, eu não vejo uma relação muito automática.

No Brasil, a economia está mais resiliente também. As projeções de **PIB** estão aumentando no Focus.

Estamos com um cenário de **inflação** mais tranquilo este ano, mas também com essa parte de serviços, relacionada à demanda, mais pressionada na margem.

E sobre a incerteza fiscal, como a sra. vê a condução das contas públicas?

No curto prazo, temos tido algumas surpresas positivas na arrecadação e na atividade. Quando se tem esses períodos de atividade, o mercado começa a esperar um **PIB** mais forte para o ano e, inevitavelmente, para a arrecadação, que também deve ser revista para cima. É o que o mercado está fazendo e dando um viés de baixa para o número que está no Focus, de 0,8% do **PIB** de déficit primário em 2024. Vejo o consenso indo para o número pouco abaixo disso, mas ainda muito longe de zero.

Não cumprir a meta vai trazer algum tipo de problema?

Evitar essa discussão no começo do ano, por ser um ano eleitoral ou não querer causar um corte de emendas, por exemplo, é muito ruim porque sinaliza que não há esforço para cumprir a meta. No curto prazo, não vai trazer problema porque os mercados ainda estão num humor favorável com a queda de juros que está acontecendo no Brasil e que vai acontecer lá fora. Agora, a gente fica vulnerável a um ambiente externo que pode mudar de um dia para outro. Eu acho que a gente está tentando empurrar com a barriga essa discussão para o meio do ano para alterar a meta ou fazer um contingenciamento.

Muito provavelmente vai se alterar a meta, porque os gatilhos que o arcabouço coloca para o não cumprimento podem comprometer bastante alguns gastos em 2025 e 2026, e o governo não vai querer fazer isso. Eu acho ruim a gente adiar essa discussão e ficarmos vulneráveis ao ambiente que está incerto.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) quer a meta zero. Uma eventual mudança, que impacto trará?

Muita gente diz que mudar a meta não faz diferença porque ninguém espera que o (déficit) zero seja cumprido. Então, não vai piorar o preço de ativos, expectativas de **inflação** nem interferir na queda de juros.

Eu acho que tudo depende das circunstâncias em que se muda a meta. Se mudar a meta sem fazer contingenciamento algum e sem sinalizar nenhum tipo de controle de despesa, tem um efeito de expectativas para pior nos próximos números de (déficit) primário e no crescimento da dívida. No fundo, a política fiscal fica menos crível. Quando a gente está num ambiente como o deste ano, em que está todo mundo numa expectativa forte de queda juros, o que é positivo, em

que balança tem ajudado muito na performance do câmbio, tudo bem parecer que não faz diferença mudar a meta. Mas eu acho que deixa a gente mais vulnerável e isso não pode ser extrapolado para os próximos anos.

"Se mudar a meta sem fazer contingenciamento algum e sem sinalizar nenhum tipo de controle de despesa, terá um efeito de expectativas para pior nos próximos números de déficit e de aumento da dívida"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Para Campos Neto, "reduzir inflação vem com custo"

*LAÍS ADRIANA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS,  
CRISTINA CANAS e E.L.*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que ainda há trabalho a fazer para baixar a **inflação** no Brasil e no mundo, ressaltando que permanecem riscos para o cenário econômico. "A última parte (do processo de desinflação) será a mais difícil", disse ele, durante discurso na abertura da primeira reunião de ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G-20 Brasil.

Campos Neto ressaltou que bancos centrais globais estão comprometidos em combater a **inflação** e defendeu que somente a estabilidade de preços permitirá um crescimento global estável no longo prazo, diminuindo a desigualdade social.

"Reduzir **inflação** vem com custos, mas demorar em atingir a estabilidade de preços pode prejudicar ainda mais a população vulnerável, que é afetada de modo desproporcional", afirmou.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Controle da inflação

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nessa quarta-feira (28), em São Paulo, que controlar a **inflação** faz parte do combate à pobreza e desigualdades sociais.

"A **inflação** impacta negativamente os índices de pobreza e atinge de forma desproporcional os mais vulneráveis, aprofundando as desigualdades sociais", afirmou ao participar da reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20, um fórum de cooperação econômica internacional criado em 1999 e formado por 19 países.

Ele se disse ainda alinhado ao governo federal e reafirmou parte do discurso proferido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que falou antes do presidente do BC. "Lutar contra a pobreza e a desigualdade [representa] o centro das nossas propostas", enfatizou.

"A melhor contribuição da política monetária para o crescimento sustentável, baixo desemprego, aumento de renda e melhora das condições de vida da população é manter a **inflação** baixa, estável e previsível", acrescentou Campos Neto ao defender a importância da estabilidade dos preços para a população.

Segundo o presidente do Banco Central, o trabalho em sincronia das autoridades monetárias proporcionou um momento de estabilidade a nível global.

## Progresso

"Após ação sincronizada dos bancos centrais, tivemos progresso em reduzir a **inflação**. Mas o processo ainda não acabou. Ainda há riscos pela frente e [há] trabalho para ser feito na reta final", sustentou.

Para Campos Neto, o aumento do endividamento dos governos durante a pandemia de covid-19 é um tema que precisará ser enfrentado no futuro.

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# Inflação impacta os mais pobres

Em sua participação na reunião entre ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G20, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu a estabilidade monetária para combater a pobreza. O chefe da autoridade monetária presidiu, ontem, uma sessão temática do encontro que discutiu perspectivas globais sobre crescimento, emprego, **inflação** e estabilidade financeira.

Ele ressaltou que existem muitas provas de que a **inflação** tem um impacto negativo nos níveis de pobreza, prejudicando desproporcionalmente os mais vulneráveis. "A maior contribuição da política monetária para o crescimento econômico sustentável, o baixo desemprego, o aumento do rendimento real e a melhoria das condições de vida das pessoas é manter a **inflação** baixa, estável e previsível", defendeu.

Campos Neto apontou ainda para os principais riscos no cenário econômico e afirmou que ainda há trabalho a fazer para baixar a **inflação** no Brasil e no mundo.

"Depois da ação sincronizada por bancos centrais, vimos uma redução progressiva da **inflação**, mas esse processo ainda não acabou, ainda há trabalho a ser feito na última milha, e os riscos permanecem à frente", disse.

O presidente do BC expressou também a necessidade de políticas fiscais e monetárias bem calibradas para gerar crescimento sustentável. Segundo ele, bancos centrais de todo o mundo estão comprometidos em combater a **inflação** e somente a estabilidade de preços permitirá um crescimento global estável no longo prazo.

Na ocasião, o presidente do BC defendeu as iniciativas de inclusão financeira como pilar central das reuniões desta semana e afirmou que esse é um "poderoso motor de crescimento econômico e progresso social".

Ele destacou as prioridades do Brasil à frente do grupo.

"Sob a presidência brasileira do G20, a inclusão financeira será um pilar central para promover desenvolvimento e reduzir a desigualdade." "Para conseguir isso, é necessário não só continuar a promover o acesso e a utilização de recursos financeiros e serviços, mas também para melhorar e aumentar o foco na inclusão de qualidade e no bem-

estar financeiro", finalizou.

# "Prévia da inflação": IPCA-15 sobe 0,78% em fevereiro com impacto de educação, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,78% em fevereiro, após ter avançado 0,31% em janeiro, informou nesta terça-feira (27), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, o índice acumula alta de 1,09% e nos últimos 12 meses, de 4,49%, acima dos 4,47% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em fevereiro de 2023, o IPCA-15 foi de 0,76%.

O novo dado veio abaixo das expectativas do mercado, que esperava alta de 0,82% no mês e de 4,52% na comparação com o fevereiro de 2023, conforme pesquisa da Reuters.

O resultado deixa o IPCA em linha para terminar 2024 abaixo ou bem perto do teto da meta para este ano, cujo centro é de 3,25% com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O resultado foi influenciado pelo grupo Educação, com alta de 5,07% e impacto de 0,30 ponto percentual no índice geral. O grupo foi puxado pelos cursos regulares, destaca o IBGE, que tiveram alta de 6,13%. A alta se deu por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo, segundo o IBGE.

As maiores variações vieram do ensino médio (8,58%), do ensino fundamental (8,23%), da pré-escola (8,14%) e da creche (5,91%). Curso técnico (6,01%), Ensino superior (3,74%) e pós-graduação (2,81%) também tiveram altas.

O Índice divulgado nesta ter refere-se aos preços coletados no período de 16 de janeiro a 15 de fevereiro de 2024.

De acordo com o instituto, depois de educação, os segmentos com maior impacto foram Alimentação e bebidas, com alta de 0,97% e impacto de 0,20 p.p., e Saúde e cuidados pessoais

(0,76% e 0,10p.p.).

A exceção ficou com o grupo Vestuário, que registrou queda em fevereiro, com variação de -0,39% e

impacto de -0,02 p.p no índice geral.

## DEMAIS SEGMENTOS

No segmento Alimentação e bebidas (0,97%), a alimentação no domicílio subiu 1,16% em fevereiro. Contribuíram para esse resultado as altas da cenoura (36,21%), da batata-inglesa (22,58%), do feijão-carioca (7,21%), do arroz (5,85%) e das frutas (2,24%).

Enquanto isso, a alimentação fora do domicílio (0,48%) acelerou em relação ao mês de janeiro (0,24%).

Em Saúde e cuidados pessoais (0,76%), o resultado foi influenciado pelo plano de saúde (0,77%), pelos produtos farmacêuticos (0,61%) e pelos itens de higiene pessoal (0,70%). Destacam-se as altas do produto para pele (1,67%) e do perfume (1,34%).

No grupo Habitação (0,14%), o resultado da taxa de água e esgoto (0,27%) foi influenciado pelo reajuste médio de 4,21% em Belo Horizonte (3,06%), a partir de 1º de janeiro.

No grupo Transportes (0,15%), houve queda na passagem aérea (-10,65% e -0,10 p.p.). Em relação aos combustíveis (0,77%), houve alta nos preços do gás veicular (3,83%), da gasolina (0,84%) e do etanol (0,32%), enquanto o óleo diesel (-0,32%) registrou queda.

Ainda em Transportes, a variação do ônibus urbano (2,14%) foi influenciada pelo reajuste médio de 16,67% em Belo Horizonte (6,71%), a partir de 29 de dezembro; e em São Paulo (7,34%), após aplicação de gratuidade nas tarifas aos domingos e em algumas datas comemorativas, a partir de 17 de dezembro.

Em Comunicação (1,67%), o resultado foi influenciado pelas altas de tv por assinatura (4,02%) e do combo de telefonia, internet e tv por assinatura (3,29%).

## RECORTE REGIONAL

O IBGE informou que quanto aos índices regionais,

todas as áreas tiveram alta em fevereiro.

A maior variação foi registrada em Goiânia (1,07%), por conta das altas da gasolina (7,28%) e dos cursos regulares (4,56%). Já o menor resultado ocorreu em Porto Alegre (0,11%), que apresentou queda nos preços da passagem aérea (-16,59%) e da gasolina (-1,59%).

**Site:** <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/A-Gazeta-AP-28-02-2024.pdf>

# "Falta última milha no combate à inflação"

**Sérgio Tauhatae Maria Fernanda Salinet De São Paulo**

O trabalho de controle da **inflação** ainda não está feito, afirmou ontem o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, na abertura da reunião de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20. Segundo o dirigente, ainda falta a "última milha" e riscos permanecem à frente.

"Quando olhamos para a dívida soberana global, atingimos níveis muito elevados após a pandemia", disse. "O custo do serviço da dívida será elevado e teremos, portanto, menos liquidez para mercados emergentes e países de baixa renda." Ele citou ainda o fato de países em desenvolvimento precisarem "pagar a transição verde e os custos das reorganizações geopolíticas".

Campos enfatizou que "políticas macroeconômicas sólidas apoiam um ambiente onde o crescimento a longo prazo pode ser sustentado e as disparidades sociais podem ser reduzidas".

Para ele, "os BCs têm assegurado que continuarão fortemente empenhados em alcançar a estabilidade de preços em linha com os seus respectivos mandatos".

Campos ressaltou haver muitas provas de que a **inflação** tem impacto negativo nos níveis de pobreza, prejudicando desproporcionalmente os mais vulneráveis, aprofundando as disparidades e desigualdades sociais existentes.

"Reduzir a **inflação** traz custos, mas adiar a restauração da estabilidade de preços poderá aumentar ainda mais o sacrifício necessário para reduzir os preços e prejudicar ainda mais os mais vulneráveis." Para Campos, "a melhor contribuição da política monetária para o crescimento sustentável, o baixo emprego, o aumento do rendimento real e a melhoria das condições de vida das pessoas é manter a **inflação** baixa, estável e previsível".

O presidente do BC lembrou que, "durante a pandemia, os bancos centrais e os governos agiram de forma coordenada para sustentar a atividade econômica e manter a **inflação** sob controle". Hoje, "após a ação sincronizada dos BCs, registramos progressos na redução da **inflação**, mas esse processo ainda não terminou".

Campos disse que, "sob a presidência brasileira do G20, a inclusão financeira será um pilar central para

promover o desenvolvimento e reduzir a desigualdade".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187802>

# Bancos públicos voltam a ganhar participação no crédito após 8 anos

*Alex Ribeiro e Álvaro Campos De São Paulo*

Os bancos públicos ganharam participação no mercado de crédito pela primeira vez em oito anos, numa inflexão do processo de redução do seu papel na economia que vinha ocorrendo desde o governo Michel **Temer**. Dados do Banco Central (BC) mostram que, em 2023, a fatia das instituições estatais no conjunto de empréstimos e financiamentos - um mercado de R\$ 5,8 trilhões - aumentou 0,6 ponto percentual, para 42,9%, quebrando uma sequência de quedas que vinha ocorrendo desde 2015.

Por ora, os especialistas atribuem esse impulso sobretudo ao desempenho do crédito agrícola e imobiliário, áreas que se mantiveram fortes nos últimos anos e nas quais o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal atuam com maior destaque, apesar da retórica do governo Lula de resgatar o protagonismo dos bancos federais.

Os bancos nacionais e estrangeiros com controle privado, por outro lado, demonstraram maior cautela na expansão de suas carteiras, num contexto de juros básicos altos praticados pelo Banco Central e certa aversão a risco - sobretudo no início de 2023 - em virtude de dúvidas sobre o desempenho da economia e receios com a alta da taxa de inadimplência.

A despeito dos esforços iniciados pelo governo para ampliar a carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como uma primeira flexibilização da proibição de subsídios implícitos nos empréstimos e reforço de seu capital por meio da retenção de parcela maior de lucros, essa instituição de fomento voltou a ver a sua participação no crédito encolher em 2023, de 8,5% para 8,2%.

O ano passado foi marcado por uma desaceleração do mercado de crédito, com expansão de 7,9%, ante 14,5% em 2022, e os bancos públicos não escaparam dessa tendência geral. A expansão de suas carteiras baixou de 13,9% para 9,5%. Mas eles não sofreram um ajuste tão drástico quanto as instituições privadas, cujo avanço se reduziu de 15,3% para 6,7%, por isso os estatais ganharam fatia de mercado.

A tendência é que o crescimento das instituições financeiras oficiais acima do setor privado se mantenha em 2024. O Banco do Brasil anunciou uma

projeção de expansão entre 8% e 12% para o chamado crédito ampliado, que inclui investimentos em papéis com característica de crédito. O ponto médio dessa faixa supera a estimativa do BC para o crédito em 2024, de expansão de 8,8%, num indicador mais restrito, que inclui apenas empréstimos e financiamentos. No início do governo, o BNDES estabeleceu como meta dobrar os seus desembolsos nos próximos três anos, de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2% do **PIB**.

Em 2023, pesou favoravelmente, no caso do Banco do Brasil, a força do crédito rural direcionado, que no mercado como um todo avançou 18,7% para pessoas jurídicas, acima da média do conjunto das linhas de empréstimo, num ano em que o país colheu a maior safra agrícola de sua história. No caso da Caixa, houve o impulso do crédito imobiliário, cujo mercado como um todo avançou 11,8%, também acima das demais linhas, apesar das taxas mais altas e do risco apontado pelo BC de aperto nas fontes de recursos bancários para os financiamentos à casa própria em decorrência dos saques líquidos ocorridos na caderneta de poupança.

"Há, sim, uma retomada do papel dos bancos públicos, no discurso e nas diretrizes de política econômica, que se traduz nos dados do Banco Central", afirma o economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, Felipe Salto. "De todo modo, não vejo nada de extraordinário, mas, sim, o reflexo de uma política de governo legítima combinada com programas tradicionais existentes há muito tempo nos bancos públicos, a exemplo da Caixa e do Banco do Brasil." Segundo ele, os dados mostram que a construção civil e os setores do agronegócio explicam essa evolução, além do saldo referente ao setor administração pública, que reflete a evolução dos empréstimos consignados. "Também, claro, a recuperação da atividade deve ser considerada na análise, bem como o movimento de distensão da política monetária, que é o pano de fundo de tudo isso, sobretudo com a **inflação** controlada." Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), diz que, dado o momento macroeconômico e do ciclo de crédito no ano passado, os bancos privados desaceleraram mais fortemente e o papel dos públicos foi resgatado pelo governo Lula. "É um movimento de sinalização, de que os bancos públicos vão atuar dentro de uma política

econômica progressista, mas não vi nenhum absurdo até o momento", afirma. "No Brasil e no mundo o crédito público tem um papel anticíclico, e de executar políticas de governo." Para ele, à medida que famílias e empresas vão se desalavancando e a economia ganhar força, até mesmo com a queda da Selic, os bancos privados devem ganhar mais força e se aproximar do desempenho dos públicos no segundo semestre.

Para Carlos Macedo, analista da OHM Research, não houve uma aceleração dos bancos públicos em 2023, mas uma desaceleração mais forte dos privados, que assim perderam participação de mercado. "A carteira dos bancos públicos cresceu 10% ano passado. No governo Dilma, avançou quase 40%. Eu não vejo isso acontecendo desta vez. Mas ainda estamos nos 30 minutos do primeiro tempo. Tudo indica que o governo está sendo conservador, não está dando crédito a rodo. Ainda assim, algumas políticas demoram tempo para dar resultado. Pode ser que esses 10% de alta virem 20%. O futuro vai dizer." Murilo Marchioni, analista de bancos da gestora AZ Quest, também acredita que o ganho de participação de mercados dos bancos públicos em 2023 vem mais de uma mudança de mix na carteira do sistema financeiro do que de uma utilização dessas instituições para fins de política para-fiscal. "A carteira do BB cresceu 18% em 2021, depois 15% em 2022 e 10% em 2023. Parece um nível saudável. A questão é que outros bancos privados foram mais impactados, tiveram de desacelerar mais para equilibrar seus balanços", diz.

Na visão dele, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, já deixou claro que não fará nada em detrimento do resultado da instituição. "Ela vem dando continuidade ao que vem sendo feito nos últimos três, cinco anos, ressaltando que o capital dos acionistas precisa ser rentabilizado de forma adequada", afirma.

De 2015 a 2022, os bancos públicos haviam assistido a sua participação de mercado ser reduzida de 56% para 42,3%, em parte porque sua capacidade de crescimento ficou comprometida por seu uso excessivo como alavanca de desenvolvimento no governo Dilma Rousseff e, em parte, em decorrência da política adotada depois, já a partir do governo **Temer**, para reduzir o seu papel.

Nessa fase de enxugamento, o governo cortou os subsídios implícitos nas operações do BNDES, com a adoção da Taxa de Longo Prazo (TLP), em substituição à taxa de juros de Longo Prazo (TJLP), que era mais discricionária. Também exigiu que bancos federais fizessem o pagamento antecipado de empréstimos e aportes de capitais feitos pelo Tesouro nos governos Lula e Dilma para turbinar as operações.

Com o novo mandato de Lula, o governo tem expressado o desejo de resgatar o papel dos bancos federais. Uma lei aprovada no ano passado permitiu ao BNDES voltar a emprestar com subsídios implícitos para incentivar a inovação, mas com volumes bem menores, pelo menos por enquanto. O banco federal reduziu o pagamento de dividendos à União e alongou o cronograma para o pagamento de empréstimos ao Tesouro.

"Tudo indica que o governo está sendo conservador, não está dando crédito a rodo" Carlos Macedo

- BB e Caixa negam ingerência do governo

O presidente Lula (PT) ressalta com frequência que os bancos públicos têm o papel de estimular a economia. Ainda assim, os dois principais deles, Banco do Brasil e Caixa, negam que haja ingerência do governo e dizem que é possível conciliar a atuação social com rentabilidade adequada.

Em entrevista ontem, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, afirmou que não vê dicotomia entre ter banco público com as características da instituição que comanda e um governo com comportamento ideológico, como o de Lula. Ainda assim, admitiu que há uma diferença entre o atual governo e seu antecessor. "Os indicadores de sucesso de um e de outro é que vão permitir comparar. (...) Olhe o comportamento das ações do BB, veja o que aconteceu desde janeiro do ano passado. Se o mercado tivesse percebido isso [eventual ingerência], teria outra atitude", disse.

Vieira afirmou que já esteve dezenas de vezes com Lula e nunca recebeu nenhum tipo de pedido para alterar as políticas do banco e acelerar o crédito. "É óbvio que temos de ter sensibilidade social, não tem dúvidas sobre isso. Cada cem unidades do Minha Casa Minha Vida geram 67 empregos diretos. Por que não induzir isso? Estamos fazendo nosso papel de forma tranquila." Tarciana Medeiros, presidente do BB também nega que haja qualquer interferência. "Tivemos lucro recorde em 2023, com ROE [retorno sobre patrimônio] de 21,6%, o maior do sistema financeiro", disse na divulgação dos resultados do ano passado. As ações subiram 68,9% desde o início do governo.

O vice-presidente financeiro do BB, Geovanne Tobias, afirmou que, "apesar de todo descrédito do mercado" com a atual gestão, o banco está entregando resultados históricos. "Tem gente que acredita em Papai Noel, terra plana... o que eu posso fazer?", disse a jornalistas. Tarciana acrescentou que analistas podem esperar para este ano "tudo que não esperavam para 2023" e o banco entregou.

No BNDES, o presidente Aloizio Mercadante disse neste mês que o modelo da instituição que havia no passado, de financiamento com subsídios, não irá voltar. "A instituição mais transparente do Brasil hoje é o BNDES, aquela névoa da caixa preta hoje é um aquário. Isso tem que ser feito porque é um banco público." Procurado, o BNDES afirmou que os resultados de 2023 serão divulgados na segunda-feira. "De forma antecipada, é possível dizer que os dados apontam crescimento real e nominal do estoque de crédito BNDES, em consonância com a tendência dos demais bancos públicos." Há algumas diferenças de metodologia e os dados do BC sobre crédito direcionado no BNDES não incluem, por exemplo, instrumentos que formam a carteira expandida, como debêntures e avais. No fim do terceiro trimestre, o BNDES tinha uma carteira de R\$ 495,2 bilhões, o maior nível desde o primeiro trimestre de 2019. O banco também afirmou que, no seu cenário-base, os desembolsos devem subir para 1,4% do PIB em 2026, no fim do governo atual. No cenário otimista, terminaria o mandato em 2%.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187802>

# Ibovespa recua em dia de venda de ações da Petrobras

**Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo**

Investidores utilizaram a sessão de ontem para ajustar posições antes da divulgação do aguardado índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) de janeiro nos Estados Unidos, que pode trazer novidades para o cenário de juros da maior economia do mundo. Com tendência negativa desde os primeiros negócios por conta dos ganhos da véspera, o Ibovespa aprofundou perdas após falas do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, sobre a distribuição de dividendos da companhia.

No fim do dia, o índice local cedeu 1,16%, aos 130.155 pontos e o S P 500 caiu 0,17%, aos 5.069,76 pontos, diante da correção das "big techs". O rendimento da T-note de 10 anos reduziu de 4,301% para 4,266%, enquanto no Brasil a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 10,005% para 10,03%. O dólar subiu 0,74% ante o real, para R\$ 4,9694.

Com divulgação agendada para hoje, o PCE - usado como referência pelos dirigentes do Federal Reserve (Fed, o BC americano) - é amplamente esperado pelo mercado após as surpresas altistas dos índices de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) e produtor (PPI, na sigla em inglês) do mês passado. Leituras de atividade e **inflação** dos EUA têm feito agentes adiarem seus palpites sobre quando o Fed começará a cortar juros, como nota a economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico.

"Mas não acredito que vá inviabilizar o enfraquecimento do dólar ao longo do ano", afirma. "Só não vai ser tão rápido quanto se esperava porque a atividade e a **inflação** estão mais resilientes, o que vai demandar tempo para que o Fed fique convicto do processo desinflacionário", afirma.

"Não temos dúvida de que, quando o Fed sinalizar que vai cortar o juros, vai haver uma depreciação do dólar", prossegue Damico. "Mas podemos voltar a nos surpreender com os dados dos Estados Unidos, e esse é o risco. Esperamos desaceleração em trimestres anteriores e não se materializou." Comentários de dirigentes do banco central americano feitos ao longo do dia reforçaram que a sua taxa básica não deve se mover tão cedo. Presidente da

distrital de Nova York do Fed, John Williams afirmou que o processo de levar a **inflação** à meta de 2% enfrentará "solavancos" e, por isso, é necessário manter-se diligente aos dados.

Susan Collins, da distrital de Boston, também previu uma desaceleração "acidentada e volátil" da **inflação**, o que por ora impede a autoridade de reduzir os juros. A banqueira central disse que serão necessários mais dados para ter certeza de que a **inflação** caminha para a meta de forma sustentável.

Petrobras ON e PN cederam 5,39% e 5,16%, respectivamente, aprofundando as perdas da bolsa local. O presidente da companhia, Jean Paul Prates, afirmou em entrevista à "Bloomberg" que a estatal deve ser mais cautelosa em relação à distribuição de dividendos bilionários na medida em que busca se tornar uma potência em energia renovável. No fim do dia, a companhia afirmou que ainda não tomou decisão sobre dividendos.

Para Priscila Araújo, gestora de renda variável da 03 Capital, as falas questionam um dos pilares da atual tese de investimento na empresa. Ela lembra que analistas chegaram a projetar que a empresa iria distribuir US\$ 8 bilhões apenas em dividendos extraordinários este ano, alcançando um "dividendyield" na casa dos 15%.

"Ou seja, parte importante do retorno ao investidor pode estar indo embora", diz. "E o executivo falou em ter 50% da receita da empresa por meio de fontes renováveis em 10 anos. Além da meta pouco factível, Shell e BP fizeram esse movimento no passado e já voltaram atrás. Está indo contra a tendência do mercado e faz lembrar do histórico de investimentos fora do 'core business' da empresa e com retornos pouco atrativos."

5,2% foi a queda das ações PN da Petrobras

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187802>

# IGP-M tem queda de 0,52% no mês de fevereiro

**BRUNO MOURA** Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Geral de Preços -Mercado (IGP-M), conhecido como "inflação do aluguel", caiu 0,52% em fevereiro. Em 12 meses, o índice apresenta recuo de 3,76%. Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

O resultado de janeiro volta a deixar o IGP-M mensal no campo negativo, depois de cinco meses. A última deflação tinha sido em agosto de 2023, com -0,14%. Desde então, houve aceleração gradativa do indicador até alcançar 0,74% em dezembro. No mês de janeiro, o IGP-M marcou 0,07%.

## Alimentos

Segundo o coordenador dos Índices de Preços da FGV, André Braz, mesmo com efeitos do fenômeno climático El Niño, que prejudicaram algumas safras brasileiras, o preço dos alimentos ajudou a deixar a inflação negativa. "Não se observa uma redução generalizada na produção agrícola nacional."

Braz acrescentou que "a ampliação da oferta global de grãos promete atenuar as pressões inflacionárias sobre os preços dos alimentos no Brasil, proporcionando um alívio moderado à inflação".

O pesquisador cita, especificamente, os mercados da soja (-14,18%) e do milho (-7,11%), que tiveram quedas acentuadas nos preços para os produtores, evidenciando as dinâmicas de oferta e demanda globais. Outra forte influência para segurar a inflação foi o óleo de soja, que recuou 13,97%.

O IGP-M é formado por três componentes. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que apura a inflação para o produtor, caiu 0,90%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o custo de vida das famílias, subiu 0,53%. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) teve variação positiva de 0,20%. O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel, pois costuma ser usado para reajustar anualmente os contratos de moradia. O indicador serve de indexador de contratos de empresas de energia elétrica, telefonia, educação e planos de saúde.

O preço dos alimentos ajudou a deixar a inflação negativa, segundo FGV

**Site:**

**[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_AB54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFCB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6CA6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0ED09E64229FF58AC9583395](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_AB54C4858CDB8F5E32351BC5BC0609A17226C926C708F455EA5796674BFA880356361025B390013FF055185CAFCB45A94E24AD9F7B60EFC56C1CE288DEC86F7FC3F633CBDB2487D7557070AEFB5D63201AD4AAF7B62A79C6CA6889E3A374E637C7E31F3FD84F36E87DC4CDF9AC3C0ED09E64229FF58AC9583395)**

# IGP-M tem queda de 0,52% em fevereiro

**RAFAEL TOMAZ**

Com queda nos preços de alimentos ultraprocessados e impacto menor que o esperado do El Niño na produção agrícola, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) recuou 0,52% em fevereiro.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) Com esse resultado, o índice acumula queda de 0,45% no ano e de 3,76% no acumulado dos últimos 12 meses. Em fevereiro de 2023, o índice tinha registrado taxa de -0,06% no mês e acumulava aumento de 1,86% em 12 meses anteriores.

"Apesar do El Niño ter prejudicado algumas safras brasileiras, não se observa uma redução generalizada na produção agrícola nacional", destaca o coordenador dos Índices de Preços da FGV/ Ibre, André Braz.

De acordo com ele, contrabalanceando esse cenário, a ampliação da oferta global de grãos promete atenuar as pressões inflacionárias sobre os preços dos alimentos no Brasil, proporcionando um alívio moderado à **inflação**.

"Especificamente, os mercados da soja e do milho revelam uma queda acentuada nos preços, evidenciando as dinâmicas de oferta e demanda globais, com a soja recuando para uma baixa de 14,18% e o milho para 7,11%", disse.

Entre os componentes do IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 0,90% em fevereiro, queda mais intensa que a observada em janeiro, quando registrou -0,09%.

O grupo de Bens Finais avançou 0,35% em fevereiro, porém inferior a taxa de 1,06% registrada no mês anterior. Segundo a FGV/ Ibre, o indicador foi puxado pelo subgrupo de alimentos processados, que apresentou retração de 0,65% no período.

Além disso, o índice correspondente a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos de alimentos in natura e combustíveis para consumo, também apresentou uma desaceleração, passando de 0,58% em janeiro para recuo de 0,25% em fevereiro.

A taxa do grupo Bens Intermediários caiu 0,42%. O principal fator que influenciou esse movimento foi o subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a

produção, cuja taxa passou de -6,73% para -1,52% em fevereiro.

Já o custo das Matérias- Primas Brutas apresentou queda de 2,67% em fevereiro.

De acordo com a fundação, a retração foi influenciada por itens chave, tais como a soja em grão (-14,18%), milho (-7,11%) e o minério de ferro, que inverteu sua trajetória de um aumento de 2,87% em janeiro para uma queda de 1,22%.

Por outro lado, alguns itens tiveram um comportamento de alta, entre os quais se destacam o leite in natura, que subiu 4,42%.

IPC - O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), por sua vez, avançou 0,53% em fevereiro, ritmo menor que o mês anterior, quando subiu 0,59%. Entre as oito classes de despesa que compõem o índice, três delas exibiram desaceleração em suas taxas de variação. O maior impacto veio do grupo Educação, Leitura e Recreação, cuja taxa de variação decresceu de 2,11% para 0,11%.

Também apresentaram recuo em suas taxas de variação os grupos Alimentação (1,62% para 1,09%) e Vestuário (0,16% para -0,17%). Vale destacar o comportamento dos seguintes itens dentro dessas classes de despesa: hortaliças e legumes (12,41% para 7,10%) e serviços do vestuário (1,50% para 0,00%).

Construção - Em fevereiro, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou uma variação de 0,20%, um valor ligeiramente inferior à taxa de 0,23% observada em janeiro, de acordo com a FGV.

"Apesar do El Niño ter prejudicado algumas safras brasileiras, não se observa uma redução generalizada na produção agrícola"

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-29-02-2024/>

# América Latina tem de investir US\$ 1 tri por ano no clima, diz BID

**ALTAMIRO SILVA JUNIOR EDUARDO LAGUNA**

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, defendeu ontem que é preciso aumentar os investimentos e atrair o setor privado para ajudar a combater as mudanças climáticas.

Só na América Latina, cálculos indicam ser preciso investir US\$ 1,3 trilhão por ano (cerca de R\$ 64,6 trilhões) para enfrentar essas mudanças, o equivalente a 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**) anual da região, disse ele. Se tudo o que vem sendo repassado à região pelos diversos organismos multilaterais entrar na conta, o montante chega a 3%, ou seja, menos do que é necessário.

"Com os desafios que enfrentamos com as mudanças climáticas, quanto mais eu vejo, mais me convenço de que precisamos fazer a diferença." Apenas aumentar os investimentos não é suficiente, argumentou o presidente do BID. Segundo Goldfajn, é importante encontrar formas para começar a enfrentar a questão climática. "Precisamos escalar, trazer o setor privado com a gente. Precisamos inovar." O ex-presidente do Banco Central participou de evento do BID, paralelo à reunião ministerial do G-20, que tem o Brasil como presidente, em uma mesa que teve, entre outros convidados, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva.

A dirigente do FMI destacou que há uma necessidade de criação de instrumentos adequados para financiar a transição climática, dada a falta de recursos destinados ao objetivo.

**LENTIDÃO.** Kristalina avaliou que o mundo avança devagar nas ações contra a crise climática.

Hoje, os investimentos somados dos países permitem uma redução de apenas 11% nas emissões de carbono, quando o objetivo é cortá-las entre 25% e 50%.

Conforme a representante do FMI, ações de mitigação do aquecimento global e transição climática devem ser tratadas pelos países como prioritárias, uma vez que os choques das adversidades no clima prejudicam negócios e as economias.

O problema, disse Kristalina, é que os recursos necessários nessa frente são de US\$ 2 trilhões (R\$ 9,9 trilhões) por ano, ou US\$ 3 trilhões (R\$ 14,9 trilhões), a depender da conta.

"Ainda não temos este valor", disse ela.

Para chegar ao valor, a diretora do FMI disse que o primeiro ponto a ser considerado é que os países ainda investem em iniciativas que geram problemas.

Kristalina também associou a agenda climática à saúde fiscal dos países, uma vez que os investimentos públicos dependem da capacidade dos governos de arrecadar e da qualidade dos gastos.

Ao concluir sua fala, a diretora do FMI ressaltou que a mobilização de recursos é difícil, mas não impossível. Nesse momento, ela lembrou uma fala de Pelé, que morreu em 2022. "Pelé disse: "Quanto mais difícil for a vitória, maior será a felicidade de vencer". Então, vamos vencer nessa mobilização."

\*

Mundo precisa enfrentar desigualdade e mudança climática, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem no discurso de abertura oficial das reuniões de ministros das Finanças no G-20, que ocorre em São Paulo, que as desigualdades sociais e as mudanças climáticas precisam ser enfrentadas como desafios globais. O ministro ainda criticou os mais ricos.

"Chegamos a uma situação insustentável, em que o 1% dos mais ricos detém 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade que os dois terços mais pobres", afirmou Haddad, em videochamada - o ministro está em isolamento após ter contraído covid-19.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# EUA cresceram 3,2% no 4º tri, aponta revisão

A economia dos EUA cresceu 3,2% no quarto trimestre, puxada pelos gastos dos consumidores. O dado foi divulgado ontem pelo Departamento de Comércio e é uma revisão da estimativa inicial, de tinha sido de 3,3%.

A ligeira queda no número atualizado do quarto trimestre não alterou a medida do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023.0 país cresceu 2,5% no ano. Em 2022, havia crescido 1,9%.

A economia americana vem mostrando resiliência em meio a um cenário de taxas de juros elevadas. No terceiro trimestre, o **PIB** chegou a crescer 4,9%.

Levando em conta os dados do quatro trimestre, os EUA cresceram por seis trimestres seguidos acima da marca de 2%.

Gastos do governo federal e dos governos dos Estados cresceram 5,4%-a maior taxa desde 2019.

Já os gastos do consumidor - que representam nada menos que 70% da atividade econômica do país - subiram 3%, ante 2,8% na estimativa antecipada.

As pressões sobre os preços também aumentaram mais do que a leitura inicial havia apontado. O valor "principal" das despesas de consumo e preços aumentou 2,1% durante os últimos três meses de 2023, acima dos 2% da primeira estimativa.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que os EUA crescerão 2,1% em 2024 - ano em que os americanos votam para presidente. É o dobro do que o previsto para outras economias avançadas, como Japão, Alemanha e Reino Unido.

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187802?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187802?page=1&section=1)